



UENF

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

PROGRAMA DE POS-GRADUAC,AO !7TRICTG !7EN!7G EM POLITICAS SOCIAIS

ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BOM JESUS DO NORTE-ES: CONQUISTAS E
LIMITA OES

Ravena de Souza Zanon Dellatorre

Campos dos Goytacazes

2020

RAVENA DE SOUZA ZANON DELLATORRE

**ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BOM JESUS DO NORTE-ES:
CONQUISTAS E LIMITAÇÕES**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza

Campos dos Goytacazes

2020

D357a Dellatorre, Ravena de Souza Zanon

Associativismo na agricultura familiar de Bom Jesus do Norte – ES: conquistas e limitações/ Ravena de Souza Zanon Dellatorre. – Rio de Janeiro, 2020.

68f. ; 30cm.

Orientador: Paulo Marcelo de Souza

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Rio de Janeiro, 2020.

1. Agricultura familiar. 2. Associativismo. 3. Agricultura rural. 4. Bom Jesus do Norte, ES. 5. Políticas públicas. I. Paulo Marcelo de Souza. II. Universidade Estadual do Norte Fluminense - Programa de Pós- Graduação em Políticas Sociais. III. Título.

CDD: 334.2

CDU: 344.061.2

Ficha catalográfica elaborada por Alex Medeiros Kornalewski
CRB 7 6494

**“O ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR DE BOM JESUS DO
NORTE-ES: CONQUISTAS E LIMITAÇÕES”**

RAVENA DE SOUZA ZANON DELLATORRE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza.

Aprovada em 02 de março de 2020.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Auner Pereira Cameiro

Faculdade Metropolitana Silo Carlos — FAMESC



Prof. Dr. Márlon Gomes Ney

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro — UENF



Prof. Dr. Niraldo Jose Ponciano

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro — UENF



Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza - Orientador

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro — UENF

AGRADECIMENTOS

A Deus, agradeço pelos Teus planos para minha vida serem sempre maiores que meus sonhos, sobretudo pela realização deste mestrado.

Ao querido professor e orientador Paulo Marcelo Souza, que com paciência me auxiliou nesta pesquisa, mesmo diante de minhas muitas limitações em relação ao tema, sempre esteve disponível a me ajudar e ensinar neste caminho de produção e conhecimento.

Aos estimados professores da Pós Graduação em Políticas Sociais da UENF, que me transmitiram seus conhecimentos com dedicação e amor à profissão.

Aos colegas de mestrado que sempre estavam dispostos a ajudar e dividir conhecimentos nesta caminhada que é a pesquisa, jamais me esquecerei dos amigos que fiz nesse percurso.

Às minhas queridas amigas Esther e Damarys, que ao longo dessa jornada me ofereceram abrigo em Campos diversas vezes com total altruísmo.

À minha preciosa amiga Fernanda, que nunca deixou de me ajudar e apoiar, corrigindo meus textos e me ensinando tanto, sempre acreditando que eu era capaz.

Aos meus amados pais Denizia e Aquiles, e minha amada irmã Enza, que me suportaram nessa intensa maratona que é a pesquisa acadêmica

Agradeço especialmente à toda comunidade de Agricultores Familiares do município de Bom Jesus do Norte-ES pelo exemplo de luta, perseverança e simplicidade.

Àqueles que, indiretamente, também, contribuíram para a realização deste trabalho.

Muito obrigada!

RESUMO

RAVENA, de Souza Zanon Dellattore. **Associativismo na agricultura familiar de Bom Jesus do Norte – ES: conquistas e limitações**. Rio de Janeiro, RJ, 2020. 68 f. Dissertação (Mestrado em Políticas sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Rio de Janeiro, 2020.

O presente estudo lança seu olhar para compreender a atuação da Associação de Agricultores Familiares do município de Bom Jesus do Norte (ES) como um mecanismo potencializador da inserção do agricultor familiar no mercado local/regional de forma mais cooperativa, além dos acessos aos direitos sociais pelos agricultores familiares, buscando caracterizar de que forma se dá a articulação entre o pequeno produtor rural local com a Associação, seus associados e as instituições locais com vistas à viabilização de projetos de interesse das famílias rurais e acesso as políticas sociais direcionadas ao campo. Nesta perspectiva este estudo inicia com uma análise da agricultura familiar do Brasil de forma geral, seu desenvolvimento no estado capixaba e depois no município de Bom Jesus do Norte-ES. Na realização da presente pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos e instrumentos de coleta de dados: pesquisa documental dos registros institucionais escritos; entrevistas semi-estruturadas aplicadas aos sujeitos envolvidos no universo da pesquisa; coleta de dados do IBGE; visita aos associados e representantes de instituições para realização de entrevistas. O estudo aponta a importância do associativismo e da Associação de Agricultores Familiares para o pequeno produtor rural da região, mesmo diante das dificuldades apresentadas.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Associativismo. Rural.

ABSTRACT

RAVENA, de Souza Zanon Dellattore. **Associativismo na agricultura familiar de Bom Jesus do Norte – ES: conquistas e limitações.** Rio de Janeiro, RJ, 2020. 68 f. Dissertação (Mestrado em Políticas sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense, Rio de Janeiro, 2020.

The present study focuses on understanding the role of the Family Farmers Association of Bom Jesus do Norte (ES) as a mechanism that fosters the insertion of family farmers in the local / regional market in a more cooperative manner, in addition to access to social rights. by family farmers, seeking to characterize how the small local rural producer and the Association, their associates and local institutions are articulated with a view to enabling projects of interest to rural families and access to social policies directed to the fields. In this perspective, this study begins with an analysis of family farming in Brazil in general, its development in the state of Espírito Santo and later in the municipality of Bom Jesus do Norte-ES. In carrying out this research, the following procedures and data collection instruments were used: documentary research of the written institutional records; semi-structured interviews applied to the subjects involved in the research universe; IBGE data collection; visits to members and representatives of institutions for interviews. The study points out the importance of the association and the Family Farmers Association for the small rural producer of the region, despite the difficulties presented.

Key Words: Family Agriculture. Associativism. Rural.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1	Inserção geográfica do município de Bom Jesus do Norte no estado do Espírito Santo	33
Figura 2	Participação dos principais produtos no valor da produção da agricultura familiar de Bom Jesus do Norte	36

TABELAS

Tabela 1	Distribuição da área dos estabelecimentos familiares entre estratos de tamanho município de Bom Jesus do Norte	34
Tabela 2	Participações da agricultura familiar e não familiar nos estabelecimentos, na área, no valor da produção e no pessoal ocupado de Bom Jesus do Norte	35
Tabela 3	Condição dos agricultores familiares em relação às terras - Bom Jesus do Norte- ES	35
Tabela 4	Principais produtos agropecuários de Bom Jesus do Norte e participação dos segmentos familiar e não familiar	36
Tabela 5	Indicadores de uso de algumas tecnologias entre os agricultores familiares no Espírito Santo e em Bom Jesus do Norte	37
Tabela 6	Percentual de estabelecimentos familiares com acesso à Assistência técnica no Espírito Santo e em Bom Jesus do Norte	38
Tabela 7	Percentual de estabelecimentos familiares que obtiveram financiamento - Espírito Santo e Bom Jesus do Norte	38
Tabela 8	Associação à cooperativas e/ou entidades de classe entre os agricultores familiares no Espírito Santo e em Bom Jesus do Norte	39
Tabela 9	Associações de agricultores familiares existentes no município	41

GRÁFICOS

Gráfico 1	Estado Civil dos Agricultores	43
Gráfico 2	Nível de escolaridade dos agricultores	43

IMAGENS

Imagem 1	Agricultor Familiar membro da Associação	44
Imagem 2	Feira realizada pela Associação dos Agricultores Familiares de Bom Jesus do Norte (ES)	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ES – Espírito Santo.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INCAPER – Instituto Capixaba de Assistência Técnica e Extensão Rural.

INCRA – Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

MDA - Ministério de Desenvolvimento Agrário.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos.

PNCF - Programa Nacional de Crédito Fundiário.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da
Agricultura Familiar.

SAF- Secretaria da Agricultura Familiar.

SEAMA - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos
Hídricos.

SNSR - Sistema Nacional de Crédito Rural.

SRA - Secretaria de Reordenamento Agrário.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Justificativa	13
1.2	Objetivos	14
1.3	Hipóteses	14
1.4	Metodologia	15
2	ABORDAGEM CONCEITUAL, SOCIAL E ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	17
2.1	Agricultura familiar no Brasil: conceitos e realidades	17
2.2	As dificuldades da agricultura familiar no Brasil	21
2.3	Políticas Públicas e fortalecimento da Agricultura Familiar	23
2.4	A importância do associativismo na agricultura familiar	29
3	AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPÍRITO SANTO E EM BOM JESUS DO NORTE	31
4	AS EXPERIÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E ASSOCIATIVAS EM BOM JESUS DO NORTE-ES	40
4.1	Quadro geral das associações do município	40
4.2	A Associação de Agricultores Familiares de Bom Jesus do Norte-ES	42
4.2.1	<i>As características dos associados</i>	42
4.2.2	<i>Participação e organização produtiva</i>	44
4.2.3	<i>Percepção dos agricultores quanto aos benefícios advindos da associação</i>	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
	REFERÊNCIAS	52
	APÊNDICES E ANEXOS	56

1 INTRODUÇÃO

O Setor agropecuário brasileiro tem como característica sua heterogeneidade estrutural e produtiva. Regiões e grupos de produtores se distinguem em relação aos recursos produtivos, como terra e capital, assim como a fatores internos na gestão da unidade produtiva, caracterizando também distintos graus de desempenho econômico ou de contribuição para o valor total da produção agropecuária. Assim, podem ser encontrados desde produtores plenamente inseridos no mercado até unidades produtivas que produzem praticamente para a subsistência, e em alguns casos padecendo, inclusive, de insegurança alimentar.

Nessa diversidade de situações encontra-se o segmento tradicionalmente denominado pequena produção ou produção camponesa. Longe de ser homogêneo, esse segmento envolve desde parcerias pouco monetizadas, como no Nordeste, até a forma de elo na integração vertical das agroindústrias, como ocorre na região Sul, onde a unidade camponesa é densamente tecnificada e mercantil. Como destacam Kageyama (1983), a pequena produção vem passando por um processo de diferenciação social, no qual tem-se, de um lado, um segmento cuja tecnificação e capitalização é crescente, formando pequenas empresas familiares e, no extremo oposto, um segmento pauperizado, em pleno processo de proletarianização. Entre esses limites, podem ser encontradas situações diversas, mais ou menos próximas de um ou de outro dos extremos referidos.

Recentemente, o termo agricultura familiar passou a ser utilizado para referir-se à maioria daqueles agricultores que, no passado, eram meramente denominados pequenos produtores. Essa denominação foi introduzida nas discussões sobre políticas públicas a partir dos anos 90 no Brasil, sobretudo com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, em 1996, e pode ser entendida como relativamente recente na arena de discussão política brasileira (GUANZIROLI, 2007). A consolidação do atual conceito de agricultura familiar se deu em 24 de julho de 2006, com o advento da Lei n. 11.326, conhecida como a lei da agricultura familiar. No entanto, o reconhecimento dessa categoria, que se evidencia na emergência de um conjunto de programas e políticas de apoio, não tem sido suficiente para eliminar os vários desafios e obstáculos que ela enfrenta. O desenvolvimento da agricultura familiar ressent-se da falta de vários fatores, como disponibilidade de terra, assistência técnica, recursos financeiros, infraestrutura, dentre outros. Muitos desses agricultores encontram-se, também,

subordinados ao capital comercial, e têm seu excedente extraído através dos mecanismos extraoficiais de financiamento, ou através do abastecimento com insumos e alimentos, compra antecipada da produção, tudo isso feito a preços dissonantes dos valores de mercado. É comum ainda a subordinação desses agricultores aos mercados oligopolizados de produtos e insumos, onde tendem a pagar mais pelo que compram e a vender por menos seus produtos.

A presença da agricultura familiar é marcante no estado do Espírito Santo. Eventos históricos marcaram a estrutura fundiária desse estado e conferiram especial importância a sua agricultura familiar. Inserido na mesorregião Sul Espírito-santense, o município de Bom Jesus do Norte apresenta uma agricultura baseada na pecuária (leite e corte) e na produção de café, na qual tem expressiva participação a agricultura familiar. Como ocorre em outras regiões, a agricultura desse município enfrenta vários obstáculos, que inibem seu desenvolvimento e reduzem sua contribuição para o desenvolvimento regional.

De modo geral, os problemas da agricultura familiar devem ser atacados por programas de crédito específicos para o segmento, investimentos em extensão rural e assistência técnica, medidas com vistas a facilitar o acesso à terra e à tecnologia e estímulo à adoção de formas associativas de produção e comercialização. Essas ações, dentre outras, têm potencial para incentivar o desenvolvimento desse setor.

Dentre essas medidas, destacam-se as iniciativas de organização dos agricultores familiares, alvo do presente estudo. Diante da importância do fator organização para o desenvolvimento da agricultura familiar buscou-se, com a presente pesquisa, analisar o processo de formação e atuação das associações de agricultores e as políticas públicas em que são beneficiados os agricultores familiares do município de Bom Jesus do Norte-ES.

A escolha de Bom Jesus do Norte como área de investigação empírica ocorreu após conhecermos os produtores ecológicos em feiras realizadas nesse município. A forma como eles se identificavam com a atividade, apesar das dificuldades, despertou nossa atenção. O interesse em conhecer este trabalho guiou diversos questionamentos que serão apontados no decorrer desta pesquisa. Dessa forma buscou-se caracterizar o contexto de formação das associações, o perfil dos associados e a relação entre eles; observar as características da produção, da comercialização e do acesso às políticas de financiamento e assistência técnica; analisar a relação entre as associações e o poder público; identificar os principais resultados obtidos pelas associações.

1.1 Justificativa

A maioria dos estabelecimentos rurais no Brasil é formada por pequenas e médias propriedades, que tem sua estrutura de produção baseada na mão de obra familiar, produzindo basicamente para o mercado interno e sendo responsável por grande parte da produção de alimentos no país. Este tipo de agricultura é responsável, de acordo com os dados do Ministério da Agricultura (PLANOS DE DADOS ABERTOS, 2016, 2017), por mais de 4,3 milhões de unidades produtivas, que correspondem a 84% do número de estabelecimentos agrícolas, sendo o setor que responde por 38% do Valor Bruto da Produção Agropecuária e por 74,4% da ocupação de pessoal no meio rural (cerca de 12,3 milhões de pessoas).

A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas em comparação à agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Apesar de sua importância econômica e social, a situação da agricultura familiar em várias regiões é de empobrecimento, fruto dos limitados recursos de que dispõe, bem como do histórico descaso no que diz respeito às políticas públicas.

Os indícios são de que essa situação, comum a vários municípios do país, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, está presente no município de Bom Jesus do Norte, pertencente à mesorregião Sul Espírito-santense. Diante disso, a presente pesquisa busca caracterizar a agricultura familiar deste município, a intensidade em que acessa às políticas públicas e observar em que medida este segmento se organiza para melhorar suas condições. Pretende-se observar as reações desses agricultores às políticas governamentais, como se expressam, e que tipo de transformações entendem que essas políticas estão imprimindo nas relações sociais e no ambiente da agricultura familiar. É neste contexto que se justifica a escolha do município capixaba de Bom Jesus do Norte-ES, como foco deste projeto, pois além de ser o local de minha origem e de meus familiares, pude constatar grandes desafios enfrentados pelos agricultores familiares do município.

1.2 Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é abordar os entraves ao desenvolvimento da agricultura familiar no município de Bom Jesus do Norte-ES. Em particular, pretende-se dar ênfase às dificuldades inerentes à operacionalização das políticas públicas voltadas para esse segmento, bem como ao papel da organização de seus agricultores na facilitação do acesso a tais políticas.

Em termos específicos, pretende-se:

1. Traçar o perfil da agricultura familiar do município, considerando variáveis ligadas ao estabelecimento, aos agricultores, à tecnologia empregada e ao nível de organização.
2. Identificar possíveis obstáculos ao desenvolvimento da agricultura familiar nesse município.
3. Verificar as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no município.

1.3 Hipóteses

No contexto deste trabalho entende-se que o agricultor familiar é agente econômico racional como qualquer outro da economia, capaz de otimizar economicamente o uso dos fatores disponíveis, aproveitar as oportunidades advindas das políticas públicas e inserir-se de forma viável nos mercados, institucionais ou não. Como hipóteses, assume-se que:

- O acesso às políticas públicas tem contribuído para o aumento da renda dos agricultores rurais.
- O associativismo é importante para o desenvolvimento e melhora da agricultura familiar local.

1.4 Metodologia

A metodologia utilizada para a construção da pesquisa revela-se num primeiro momento no estudo exploratório, levantando o material bibliográfico que auxilie na construção do aporte teórico. Não obstante, não se pode tomar qualquer teoria como uma verdade absoluta, ou um espelho perfeito da realidade, uma vez que nenhuma está fora dos limites históricos que as sustentam.

Quaisquer perspectivas devem ser utilizadas como uma ferramenta de análise dos fenômenos sociais, estando sempre no movimento de autoconstrução. Num segundo momento, no sentido de complementar e trazer novos aspectos ao tema foi realizada uma análise documental, onde os principais acervos serão as legislações e políticas relativas à agricultura familiar do município de Bom Jesus do Norte-ES.

A quantidade de agricultores familiares é relativamente pequena. De acordo com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (INCAPER)), assim, através da conciliação de diferentes métodos e procedimentos de coleta de dados, como o questionário (anexo), a entrevista semiestruturada e a análise documental.

O objeto desta pesquisa é a associação de agricultores familiares de Bom Jesus do Norte-ES. As categorias de análise são representadas pela colaboração da perspectiva de produtos e mercados; dos relacionamentos interorganizacionais; e dos resultados individuais e coletivos obtidos pelos produtores participantes. Os procedimentos metodológicos são de natureza descritiva, explicativa e qualitativa.

Inicialmente foi feita uma pesquisa exploratória com o Secretário de Agricultura do Município, após colher essas informações, buscamos no INCAPER informações a respeito da comunidade rural e dos agricultores familiares associados, onde encontramos a maior parte dos dados sobre os pequenos produtores rurais, assim como o nome e contato da presidenta da associação, localização e quantidade de associados.

Dessa forma, foi realizado o primeiro contato com a presidente da associação, assim como com os agricultores membros, onde coletamos dados com o questionário e as entrevistas semiestruturadas.

Para a análise dos dados qualitativos foi utilizada o estudo de conteúdo e para a análise dos dados, a tabulação em categorias. Para análise dos dados coletados foi utilizada a técnica de análise cartográfica. A triangulação dos dados foi realizada com a utilização

dos dados das entrevistas, das observações e dos documentos das associações; eles auxiliaram fundamentalmente para o desenvolvimento da análise e, principalmente, na confirmação e na credibilidade dos dados. As entrevistas gravadas foram transcritas e submetidas, juntamente com os outros documentos, à técnica de análise qualitativa de conteúdo.

2 ABORDAGEM CONCEITUAL, SOCIAL E ECONÔMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Nesta seção será abordado o conceito de agricultura familiar, base para abordar as questões visadas na pesquisa. A intenção deste tópico é demonstrar o contexto contemporâneo e a dinâmica do desenvolvimento da agricultura familiar, partindo do contexto brasileiro até chegar às particularidades do município de Bom Jesus do Norte-ES.

2.1 Agricultura familiar no Brasil: conceitos e realidades

No Brasil, historicamente a agricultura tem sido a base do desenvolvimento econômico, que em diversos momentos esteve associado a produtos específicos como cana-de-açúcar, algodão, café, dentre outros. No processo de colonização, marcado pela importância das monoculturas de exportação, foi se configurando a estrutura fundiária do país, que se caracteriza por uma distribuição da terra fortemente concentrada em grandes estabelecimentos agropecuários.

Se de um lado essa estrutura é marcada pelas grandes propriedades, de outro ela implica na existência de grande número de pequenos estabelecimentos agropecuários, com baixa participação na área total de estabelecimentos. Nestes estabelecimentos desenvolve-se uma agricultura com características relativamente distintas daquela praticada nas grandes propriedades, a qual, em anos mais recentes, vem sendo denominada agricultura familiar. Como destaca Wanderley (1996, p. 8):

[...] No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor “bloqueado”, impossibilitando de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específicas de produção.

Inicialmente é importante retornar ao cerne do debate clássico que teve início na segunda metade do século XIX, e que condenou os pequenos produtores rurais ao desaparecimento. Isso devido à dificuldade crescente em acompanhar a evolução do conjunto de fatores que surgiram junto ao processo de modernização da agricultura pela penetração do capitalismo no campo. No entanto, parte do grupo revelou grande resiliência

e resistiu – e vem resistindo – às transformações que ocorreram no campo ao longo do tempo (BUAINAIN; GARCIA, 2013).

[...] Esses pequenos produtores, hoje conceituados como agricultores familiares, sempre estiveram na franja de um processo produtivo comandado pela grande agricultura. Contudo, apesar de sofrer perdas de renda, dificuldades de adaptação ao longo do contexto histórico estrutural no qual a agricultura familiar está inserida, é uma categoria de produtores que procura estabelecer e adequar-se a diferentes formas de organização produtivas que surgem em períodos diversos, como estratégia de construção da permanência e da sustentabilidade de suas atividades (ORTEGA, 2006).

De acordo com Stoffel (2014), a produção agrícola familiar tem uma cultura própria que se refere a uma tradição. Todavia, esta encontra-se inserida num sistema que experimenta constantes e variadas transformações e/ou inovações, às quais precisa se adaptar em nível local, regional, nacional e internacional e que, na maioria das vezes, exige uma crescente inserção no processo de internacionalização do mercado, através de produtos padronizados.

A agricultura familiar brasileira contempla grande diversidade cultural, social e econômica, variando desde o campesinato tradicional até a pequena produção modernizada. No entanto, este segmento produtivo foi negligenciado na formulação de políticas públicas para o setor até o final do século XX. A política agrícola brasileira, sobretudo no período pós-guerra, foi orientada para conduzir à modernização de sua estrutura de produção agropecuária, tendo como foco o aumento da produtividade a partir da incorporação de avanços tecnológicos, e como público-alvo as grandes extensões de terra, com acesso garantido a abundantes subsídios fiscais e creditícios (SILVA, 2012).

A chamada modernização da agricultura nada mais é que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente, sendo o Estado o grande investidor e provedor desse processo. Foi através das políticas agrícolas que o poder estatal enfrentou a necessidade de modernização do campo. Com elas, foi possível o aprofundamento do processo de acumulação, acessando o lucro médio a agricultura sem alterar a fatia dos interesses industriais. (GRAZIANO NETO, 1985).

Esse processo foi responsável por grandes impactos sociais e ambientais no meio rural, além de interferir na dinâmica populacional brasileira. Por isso, ficou conhecido na literatura como modernização conservadora ou “modernização dolorosa”, por não alterar a

estrutura fundiária e promover uma crescente marginalização dos pequenos agricultores familiares, reproduzindo um padrão de desenvolvimento rural bastante excludente e desigual. Segundo Silva (2012, p. 7):

Desconsiderou-se uma multiplicidade de estratégias de atuação da agricultura familiar no campo da economia territorial. Somente em 1996, com o surgimento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), os produtores familiares rurais puderam dispor de um programa voltado que lhes favorecesse de fato. O PRONAF surgiu como resultado das muitas reivindicações dos trabalhadores rurais organizados e de outros grupos sociais que apontavam a importância de se estabelecer políticas que propiciassem os meios necessários ao fortalecimento da produção agrícola familiar no Brasil. Atualmente, o PRONAF alcança considerável dimensão com operações em todo o território nacional, consolidando-se como a principal ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil e representando uma injeção considerável de recursos monetários na economia de muitos municípios, com destaque para os mais pobres.

Segundo DENARDI (2001), o conceito de agricultura familiar é relativamente recente no Brasil. No passado falava-se em pequena produção, pequeno agricultor, agricultura de baixa renda ou de subsistência, e até mesmo o termo camponês era empregado para descrevê-la.

De acordo com Wanderley (1999), o entendimento das raízes camponesas, suas particularidades e elementos, esclarecem o conceito de agricultura familiar que temos atualmente. Agricultura familiar é aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem conseqüências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e espaço, uma grande diversidade de formas sociais (WANDERLEY, 1999).

Segundo Grisa (2015), a categoria que conhecemos hoje como agricultura familiar consiste de estabelecimentos que, na década de 80, eram conhecidos como pequena produção. No início dos anos 90 alguns movimentos sociais e os desenvolvimentos acadêmicos começaram a caracterizar esses estabelecimentos de outra forma, sendo que o que caracteriza a agricultura familiar é a gestão e o trabalho da família e não a quantidade produzida.

Uma boa parte da agricultura familiar é realizada em pequenas propriedades, mas isso não significa pequena produção, pobreza ou estabelecimentos que tem dificuldade econômica. É em função de desvincular do tamanho e da quantidade produzida que ao longo do tempo deixaram de falar em pequena produção e passaram a falar de agricultura familiar, dando espaço à importância da família na gestão e na mão-de-obra de trabalho (GRISA, 2015).

Mais recentemente vem ocorrendo um processo de reconhecimento da importância econômica e social dessa agricultura, por seu papel na geração de renda e melhoria da qualidade de vida da grande maioria da população rural e, sobretudo, das populações localizadas em municípios de pequenos e médios portes com ocupação demográfica de até 50.00 habitantes.

Com a publicação do *Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto* (GUANZIROLI; CARDIM, 2000), pode-se perceber a importância desse segmento veio a público. Guanziroli et al. (2011), a partir dos anos de 1990, esse segmento foi reconhecido como categoria social e produtiva, e desde então foram sendo criadas e implantadas políticas públicas a seu favor. Destaca-se que, até antes desse período, as políticas públicas eram destinadas às médias e às grandes propriedades (ESQUERDO- SOUZA; BERGAMASCO, 2015).

Entende-se que o termo agricultura familiar passou a ser utilizado para referir-se à maioria daqueles agricultores que, no passado, eram meramente denominados pequenos produtores. A consolidação do atual conceito de agricultura familiar se deu em 24 de julho de 2006, com o advento da Lei n. 11.326, conhecida como a lei da agricultura familiar, segundo a qual:

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³(quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente (BRASIL, 2006, ??).

Segundo Nierdele (2015), nos anos 2000, tendo já transcorrido certo período desde a criação do Pronaf (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), proliferaram análises sobre as políticas para a agricultura familiar. Essas políticas ganharam maior evidência, sobretudo após a instituição do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (Decreto nº 3.338/2000), que definiu um órgão específico para tratar deste segmento. Em um primeiro momento, muitas vezes sob demanda da própria Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), proliferaram estudos sobre os impactos do crédito, os quais apontaram tanto para a consolidação do Pronaf quando para as distorções que ele já produzia, sobretudo no que diz respeito às dificuldades de inclusão dos agricultores familiares mais pobres (o chamado Grupo B). Constatou-se que esse programa tinha efeitos diferenciados segundo o público envolvido, o que parece ser um resultado previsível em face da heterogeneidade social que caracteriza a agricultura familiar.

2.2 As dificuldades da Agricultura Familiar no Brasil

A pobreza é ainda uma condição presente no meio rural, afetando significativo contingente de agricultores familiares. As chances desse agricultores superarem essa situação não passam apenas pelos rendimentos agrícolas, e a participação nos mercados de trabalho agrícolas e não-agrícolas pode ser tão importante quanto a atividade agropecuária. A diversidade de possibilidades de crescimento e emprego leva naturalmente ao foco no desenvolvimento territorial. Para construir alternativas à migração é necessário encontrar ou criar setores dinâmicos que tenham potencial de gerar emprego nos territórios locais, onde vivem os pobres rurais (NAVARRO, 2013).

A agricultura tem por base de sustentação a produtividade (ou rendimento) da terra,

aspecto verificado pelos fisiocratas e clássicos, ao longo dos séculos 18 e 19, que destacavam a importância da fertilidade natural do solo, da localização e do progresso técnico para a expansão da agricultura. Isto é, a produção agropecuária depende, em parte, das características edafoclimáticas, tais como disponibilidade de água, fertilidade do solo, clima predominante etc. No entanto, quando se considera a viabilidade e a sustentabilidade desde um ponto de vista sistêmico, as características ou vantagens associadas à natureza, ainda que relevantes, são relativizadas e até mesmo anuladas pelo progresso tecnológico em geral, que tem força para redefinir a vocação e a viabilidade da exploração agropecuária em territórios com características edafoclimáticas diferentes, inclusive desfavoráveis (NAVARRO, 2013).

Navarro (2013, p. 49), com análise em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), afirma que a baixa capacidade produtiva dos pequenos estabelecimentos rurais se confirma (e se explica) pelo tipo de força de tração utilizada para o desenvolvimento das atividades. Estimou-se que 2,3 milhões de estabelecimentos brasileiros não faziam uso de força de tração, dos quais 40% são pequenos estabelecimentos. Neste grupo, 1,15 milhão utilizavam algum tipo de força de tração, sendo 574 mil faziam uso da tração animal (em 406 mil a origem era própria), 383 mil usavam a tração mecânica (em 89 mil a origem era própria) e 191 mil usavam ambas as forças de tração (em 130 mil a origem era própria).

Além das dificuldades já citadas, deve-se considerar ainda o baixo grau de instrução dos produtores brasileiros de menor porte, além da dificuldade ao acesso ao serviço de assistência técnica. A cobertura da assistência técnica no país é baixa e alcança apenas 22% do total. Desses, pouco mais de 482 mil indicaram que receberam assistência técnica regularmente. Ou seja, mais de quatro milhões de estabelecimentos não receberam qualquer tipo de assistência técnica. Quando se considera apenas o universo dos estabelecimentos de menor porte a situação é ainda mais grave: somente 337 mil receberam algum tipo de assistência técnica, ou seja, 14% do total desse grupo. No Nordeste apenas 6% dos pequenos estabelecimentos receberam algum tipo de assistência técnica – frise-se que não se trata de um atendimento regular –, enquanto na região Sul este percentual sobe para 36% do total regional desse grupo, seguido pelo Nordeste com 93 mil, mas representa apenas 6% do total regional do grupo e pelo Sudeste com 78 mil, que representa 20% do total regional do grupo (NAVARRO, 2013, p. 51).

Todos esses fatores apresentados, juntamente com o problema da escassez relativa de mão-de-obra, enfrentado pelos grupos de agricultores familiares mais prósperos e que

adotam os sistemas de produção mais complexos, revela dificuldades potenciais da agricultura familiar para manter-se competitiva nos mercados mais dinâmicos com base nos sistemas produtivos vigentes. A grande vantagem da agricultura familiar é justamente o menor custo de gestão e supervisão da mão-de-obra familiar. Na medida em que essa base de mão-de-obra se reduz, é provável que as vantagens também se reduzam. Conseqüentemente, é crucial para o futuro da agricultura familiar contar com a possibilidade de adotar tecnologias poupadoras de mão-de-obra que possibilitem a intensificação e a elevação da produtividade do trabalho da família com novas tecnologias de gestão, tanto da propriedade como do negócio em sua totalidade (BUAINAIN, 2013).

Segundo Navarro (2013), a viabilidade econômica dos pequenos estabelecimentos rurais depende de múltiplos fatores, incluindo o grau de organização tecnológica e gerencial que a produção está inserida. Enquanto produtores agropecuários, as condições gerais para efetivar a produção estão diretamente relacionadas às características do solo, ao tamanho do estabelecimento, à localização, ao capital acumulado, à capacidade de investimentos e à capacidade de gestão, em sentido amplo, dos produtores. A capacidade para inovar também é muito importante. Nesse sentido, destacam o papel do aprendizado para a mudança tecnológica e elevação da produtividade:

O processo de aprendizado do agricultor no decorrer do tempo é responsável pelo aumento da produtividade e, paralelamente, pela redução dos custos de produção, dependendo da capacidade do produtor de interpretar e assimilar as novas informações, bem como da habilidade gerencial do uso do conhecimento tecnológico. (NAVARRO, 2013, p. 31).

2.3 Políticas Públicas e fortalecimento da agricultura familiar

As políticas públicas não são um conceito fácil de ser definido pela literatura e as instituições são um tema controverso, que se mistura muito com o debate acadêmico e com as definições do senso comum. Dessa forma, torna-se necessário fazer uma distinção entre instituições e organização; sendo instituições um conjunto de regras formais e informais que regem uma sociedade e o comportamento dos atores; e organizações são o conjunto de atores que atuam permeando nesse conjunto de regras que foram estabelecidos pelo Estado e pela sociedade (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

A política pública está imersa num quadro institucional, desde a Constituição Brasileira, e também o quadro cultural e onde essa política pública vai estar inferida. Existe um conjunto de instituições externas, mas em grande medida as políticas públicas são um conjunto de regras enormes, quando é institucionalizada num decreto ou lei, há um quadro

normativo que define quem é responsável e quem é beneficiado. Por isso dentro da área de análise das políticas públicas as abordagens institucionais tem grande importância (BIANCHINI, 2005).

De acordo com a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA), políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. Essas políticas são ações e programas que são desenvolvidos pelo Estado para garantir e colocar em prática direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis. São medidas e programas criados pelos governos dedicados a garantir o bem estar da população (SANTOS, 2017).

Em 2009, quando pela primeira vez se divulgou os dados da agricultura familiar oriundos do censo agropecuário, foi dimensionada a importância econômica e social desta agricultura no meio rural brasileiro (LIMA, 2009). Se de um lado ficava evidenciada a importância da agricultura familiar, de outro mostrava-se que grande parte de seus agricultores vivia com uma renda extremamente baixa. A partir daí ganhou espaço no âmbito político e acadêmico uma discussão de quais políticas deveriam ser voltadas para esse grupo.

Segundo BUAINAIN (2013, p. 113), o universo da agricultura familiar no Brasil é extremamente heterogêneo e inclui desde famílias muito pobres, que detém, em caráter precário, um pedaço de terra que dificilmente pode servir de base para uma unidade de produção sustentável, até famílias com dotação suficiente de recursos — terra, capacitação, organização, conhecimento — para aproveitar as eventuais janelas de oportunidades criadas tanto pela aplicação das velhas tecnologias como pela inovação tecnológica.

Para a maior parte do público de pequenos produtores rurais, levando em consideração os dados revelados, foi questionado se deveriam ser destinadas políticas sociais e não políticas pública, agrícolas e estruturantes e dessa forma foi ganhando espaço essa narrativa de que deveria ser dada uma importância ao desenvolvimento social desses agricultores familiares.

Como já descrito anteriormente, o segmento familiar da agricultura caracterizar-se por grande heterogeneidade. Diante disso, conforme BUAINAIN (2013) políticas tradicionais de apoio a este segmento, como as de financiamento, ou mesmo de promoção e difusão tecnológica, dificilmente poderão responder de forma adequada ao mosaico de

situações que compõe a agricultura familiar bem como promover, de forma consistente, a difusão dos princípios da agroecologia entre esses agricultores. Nessa mesma linha, Passos (2014) afirma que a agricultura familiar requer um conjunto amplo de políticas, sejam elas agrícolas, sociais ou de infraestrutura, pois existem elementos estruturantes que precisam ser lançados ou oferecidos para a agricultura familiar, principalmente as propriedades que tem limitação de terra, então um dos elementos fundamentais para essas famílias seria o acesso a terra e infraestrutura.

De fato, conforme Grisa (2015), algumas políticas agrícolas que foram criadas tiveram limitações no seus resultados, pois tinham elementos estruturais que antecederiam as próprias políticas agrícolas. Nessa ótica, não dá para só dizer que políticas para esse público, isoladamente, trarão s resultados pretendidos, pois seriam necessárias políticas agrícolas, de infraestrutura e igualmente de políticas sociais. É a articulação ampla de políticas que permite estratégias de reprodução social agrícolas e não agrícolas, além de diversificação produtivas.

Conforme Buainain (2013), embora as condições de produção sejam muito relevantes, o processo e o resultado das ações dependem do contexto geral no qual estão inseridos os produtores. O entorno econômico (proximidade de grandes mercados consumidores e agroindústrias) pode ter caráter muito mais determinante nos resultados da agricultura familiar:

A heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil, reflexo da diversidade de contexto sócio-cultural, no qual ela se insere, exige a adoção de políticas diferenciadas que não podem se restringir à reedição de modelos de oferta de crédito barato ou serviços de extensão rural ou de oferta de tecnologias supostamente adequadas. É necessário que as ações sejam compatíveis com a institucionalidade que emergiu do processo de globalização. Embora ainda existam fortes resistências quanto ao uso do mecanismo de mercado para solucionar várias questões, já se encontra disseminada a visão de que grupos sociais marginalizados devem ser inseridos competitivamente no novo ambiente de abertura econômica e política (BUAINAIN, 2013, p. 114).

Para Buainain (2013) a idéia de assistencialismo tem assumido uma posição secundária no rol das políticas colocadas em prática, com ênfase cada vez maior ao fortalecimento da capacidade produtiva. Na verdade, a ênfase dada a um ou outro aspecto deve variar de programa para programa, de região para região; as prioridades podem variar desde questões mais elementares para a difusão e aplicação dos princípios da agroecologia, como a educação e a assistência técnica (governamental, não-governamental, ou privada) a questões mais complexas de política de comercialização e desenvolvimento de marca e

reputação, que reduzem os riscos associados à inovação.

Segundo Alves Do Vale (2016), historicamente no espaço rural brasileiro, o conjunto de políticas públicas priorizou a média e a grande propriedade rural. Todo o projeto de modernização da agricultura brasileira, que ocorreu nos anos 60, 70 e 80, teve uma forte participação do Estado brasileiro e cinco políticas foram mais importantes nesse período, que foi o crédito rural com o seguro agrícola, a assistência técnica em extensão rural, a pesquisa agropecuária e as políticas de comercialização e preço mínimo para a agricultura brasileira.

Só a partir de 1995, com o PRONAF, começou a ter de fato políticas públicas para a agricultura familiar, fruto de um conjunto de mobilizações sociais, puxadas em grande medida pelos movimentos sindicais. Depois disso, a medida que esse programa foi ganhando mais espaço na agenda governamental brasileira e que a própria sociedade foi reconhecendo a agricultura familiar, começou-se a ter um conjunto maior de mudanças institucionais e políticas públicas (ALVES DO VALE, 2016).

Historicamente, o crédito fornecido pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) era de difícil acesso aos agricultores familiares e pequenos produtores rurais. Por conta disso, a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi a primeira política pública para a agricultura familiar no Brasil, é concebida como um grande marco político institucional para essa categoria de agricultores (LIMA, 2006).

De acordo com Passos (2014), o PRONAF foi fruto da confluência de três processos. O primeiro deles foi um período de intensa mobilização dos agricultores familiares do Brasil inteiro, principalmente os agricultores do sul do país, que estavam sendo muito afetados pela criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), que possibilitava que produtos mais baratos entrassem e concorressem com a produção da região. Diante disso, esses agricultores começaram a protestar e a reivindicar políticas públicas voltadas ao pequeno produtor rural.

Junto com as reivindicações dos produtores rurais do sul do país e também do norte e nordeste fora estabelecido em 1994 o primeiro grito da Terra Brasil, que foi uma ampla mobilização social em Brasília, repetida em 1995. Com o fruto dessa mobilização foi criado o PRONAF. Ao mesmo tempo, na academia, já havia toda uma mudança paradigmática de reconhecer a agricultura familiar como uma forma não capitalista de reprodução, com uma dinâmica de resistência e convivência com as sociedades capitalistas, e vários estudos começaram a mostrar que esta agricultura formava a base a base social de

produção nos países mais desenvolvidos. Passou-se então a dar mais ênfase aos estudos sobre a importância das políticas públicas para este segmento (PASSOS, 2014).

Segundo Lima (2006), em 1995 fizeram parte da organização dessas políticas, na gestão de Fernando Henrique Cardoso, um grupo de gestores sensíveis à causa da agricultura familiar e essa confluência de alguns gestores vinculados ao EMATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, a forte mobilização rural e movimentos sindicais, e também essas mudanças na academia e estudos rurais, levaram à criação do PRONAF.

O PRONAF era para ser um programa de desenvolvimento rural, inicialmente estruturado em quatro linhas: investimento, custeio, infraestrutura para os municípios mais vulneráveis e capacitação. Isso se perdeu durante os anos e desde 2013 o PRONAF está organizado em custeio e investimento, não tendo mais a linha de infraestrutura e capacitação.

[...] Quando o PRONAF foi criado, as normas que regiam o custeio e investimentos eram taxas de juros elevadíssimas e condições de pagamento muito difíceis para os agricultores manterem, mas era preciso aceitar essas condições no momento, pois isso permitia a criação das políticas e com o tempo os movimentos sociais reivindicariam uma melhora e mudanças no programa. Sendo um programa com taxas de juros elevadas, teve problemas para incorporar a diversidade dos pequenos agricultores, em 1997 um grupo de agricultores do Rio Grande do Sul começou a fazer um conjunto de reivindicações para linhas específicas dentro do PRONAF que fossem mais adaptáveis e mais próximas à realidade dos agricultores rurais (GRISA, 2015).

Como fruto dessas reivindicações foi criada em 1997 a linha chamada Pronafinho, voltada para os agricultores mais pobres do meio rural brasileiro. A partir de 1999, na perspectiva de atender uma maior diversidade, foram criadas as linhas A (voltada para assentados de reforma agrária, linha B (Pronafinho), AC, para assentados que depois já teriam o direito à primeira linha de crédito de custeio (Linha C), além das linhas D e E. Desde 2008 houve uma reformulação desses grupos, que hoje são divididos como A, B, AC, e um grande grupo composto por agricultores familiares diversos, que incorporou o C, o D e o E (PASSOS, 2014).

Segundo Grisa (2015), o PRONAF fez uma tentativa de incorporar as diversidades da agricultura familiar. Mas uma das grandes limitações do programa é que apesar dessas

mudanças institucionais, em grande medida quem teve acesso a elas foram os agricultores do sul do Brasil. Ao longo dos últimos anos um pouco mais de 50% dos recursos do programa são apropriados pelos agricultores do sul do Brasil, embora seja um dos principais programas para a agricultura familiar, é um programa que tem dificuldade de atender a diversidade rural do país na categoria social.

Conforme Grisa (2015), a partir de meados da década de noventa foi sendo desenvolvido um amplo conjunto de políticas para a agricultura familiar. Inicialmente emergiram algumas políticas mais focadas na produção, na dimensão agrícola, como o PRONAF, o Secretaria de Agricultura Familiar (SEAF) , o Programa Garantia Safra, a Assistência Técnica e Extensão Rural e a Política de Garantia de Preços Mínimos para a Agricultura Familiar.

À medida que essas políticas começaram e o PRONAF emergiu logo se percebeu que somente ele no formato que estava sendo aplicado poderia reproduzir dentro da agricultura familiar o tratamento desigual que as políticas de modernização da agricultura fizeram no meio rural brasileiro. Dessa forma, em 1997, começa a aparecer um conjunto de políticas públicas com o viés mais social, que é o PRONAF Infra-estrutura, que era uma linha de crédito e investimento dentro do PRONAF, que era focada na estruturação dos municípios mais pobres no rural brasileiro (GRISA, 2015).

Anos depois, em 2003, emerge mais um conjunto de políticas públicas também com essa ênfase no social, como o Programa Bolsa Família, que foi uma junção de um conjunto de ações que Fernando Henrique Cardoso já havia fazendo do ponto de vista de transferência de renda. Houve também as políticas territoriais, como o Programa de Desenvolvimento Rural dos Territórios, que foi criado também em 2003, com uma política com viés na dinâmica de desenvolvimento territorial, mas focando em territórios que tinham uma fragilidade social maior (BIANCHINI, 2005).

A partir de 2003 foi sendo criado um amplo conjunto de políticas públicas, que atende desde a dimensão agrícola, a dimensão social e a infra-estrutura, com possíveis impactos no rural brasileiro nos últimos vinte anos. Em 2014 o Brasil saiu do mapa da fome, fruto em grande medida das políticas públicas feitas pelo Estado e também da própria estruturação da agricultura familiar que ocorreu nesse período, e sua capacidade de inovação (SILVA, 2012).

Em 2008, dando continuidade a essa política territorial, foi criada o Programa Territórios da Cidadania, agora sim com uma ênfase muito forte na dimensão da pobreza, e de territórios frágeis do Brasil. Então ao longo dessa trajetória, emergiram políticas agrícolas, mas tendo uma segunda geração de políticas sociais, para agregar à agricultura

familiar (BIANCHINI, 2005).

Dessa forma começa a crescer uma espécie de terceira geração, articulando e dando ênfase à segurança alimentar, e também para a sustentabilidade do meio rural, como por exemplo o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Houve uma grande mudança no Programa Nacional de Alimentação Escolar em 2009, que passa a incorporar que no mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinados para a alimentação escolar deveriam ser aplicados na agricultura familiar (GRISA, 2015).

Ao longo do tempo surgiram essas três gerações de políticas, sendo elas muito importantes em termos de desenvolvimento, sustentabilidade e reprodução da agricultura familiar, destacando a inovação institucional que foi criação dos Mercados Institucionais para a Agricultura Familiar. Dessa forma o mesmo recurso fortalece economicamente a agricultura familiar e promove uma alimentação saudável (GRISA, 2015).

Dessa forma, segundo Sandro Silva (2016), refletiu-se sobre a base de um projeto nacional de desenvolvimento para este segmento rural brasileiro, através da implementação de uma política pública que atenda as especificidades da agricultura familiar no Brasil. A agricultura familiar no Brasil e as políticas públicas diretamente relacionadas a ela, se centram basicamente no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), na Previdência Social Rural e no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

A partir da identificação das necessidades específicas do setor de produção familiar compõe-se a base de um projeto nacional de desenvolvimento para este segmento rural brasileiro, e pôde-se programar uma política pública que objetiva o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Esta política está amparada na Lei nº 11.326, de 24/07/2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares.

2.4 A importância do associativismo na agricultura familiar

As associações de agricultura familiar que têm se formado em todos os estados brasileiros se constituem como organizações sociais ou de economia social que, como afirma Parreiras et al. (2006, p. 84):

são aquelas que desenvolvem atividades econômicas caracterizadas pela gestão democrática e autônoma das organizações e pela primazia das pessoas sobre o lucro. Essas atividades seriam exercidas por sociedades cooperativas, organizações mutualistas e associações.

Em relação ao associativismo rural, Sperry (2003) afirma que após a criação de associações formadas por pequenos agricultores, as lavouras desse tipo apresentaram-se como possibilidades bem maiores do que as de fundo assistencial. A opção pela forma coletiva do trabalho surgiu como fonte de renda e experimentação tecnológica para tornar sustentáveis algumas atividades de produção coletiva dessas associações.

Segundo Sabourin (2009, p. 89) as organizações formais de direito associativo se fundamentam na adesão voluntária e foram essencialmente concebidas para garantir a defesa de interesses e o manejo de bens comuns. Assim, são muitas vezes associadas, bem como os sindicatos, a movimentos de resistência ou organização camponesa.

As sugestões de confrontação da questão agrária no Brasil, a partir dos anos de 1990, trazem uma definição especial às entidades associativas do meio rural não só como forma de organização da produção e comercialização, mas também como método de ação política (BESERRA, 2011). As associações constituem um dos mecanismos pelos quais os pequenos produtores rurais procuram respostas para das demandas do cotidiano, questionando a ordem dominante.

As associações de agricultores familiares, de acordo com Berthome e Mercoiret (1999), são feitas como formas de normatização das relações sociais entre os indivíduos e os diferentes grupos existentes na sociedade local, salientando que

[...] Quando as organizações dos agricultores se tornam independentes, ou quando são criadas pelos próprios agricultores, transforma-se em instrumento a ser utilizado pela sociedade local para atuar sobre seu meio externo, e para aumentar sua capacidade de negociação com os atores externos (BERTHOME; MERCOIRET, 1999, p. 12).

A relevância da atuação da comunidade evidencia várias formas, em conexão com a organização social e política do município, tendo como uma das manifestações o associativismo. Dessa forma, de acordo com Sabourin (2009) a movimentação da comunidade local com a Associação é muito importante para demonstrar o poder, assim como as relações que organizam a economia local.

3 A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESPÍRITO SANTO E EM BOM JESUS DO NORTE

Nesta seção será inicialmente abordada a conformação do segmento familiar da agricultura do Espírito Santo, cujos indicadores serão, em seguida, cotejados com indicadores relativos à agricultura familiar de Bom Jesus do Norte-ES. Nos itens seguintes serão abordados indicadores relativos à associação de agricultores familiares do município, alvo da pesquisa de campo. Se no Brasil a agricultura familiar tem grande relevância, principalmente pela produção de alimentos e por seu papel na ocupação de mão de obra, no Espírito Santo a importância deste segmento se sobressai. Esse estado teve uma política de imigração diferente dos outros, o que possibilitou a criação das pequenas propriedades rurais. Esses imigrantes não se estabeleceram em regime de colonato, recebendo do governo local títulos de pequenas propriedades das terras (CAMPOS JÚNIOR, 1996).

Segundo Buffon (1992) o Espírito Santo teve formação de núcleos de povoamento com imigrantes europeus, italianos e alemães. No sul do estado houve a fragmentação dos latifúndios escravistas, principalmente com a abolição da escravidão, contribuindo também para o surgimento de pequenas propriedades familiares.

Com histórico marcado pela imigração, a fragmentação do latifúndio e a constituição da pequena propriedade, o Espírito Santo figura com um dos estados com melhor distribuição da propriedade da terra, ainda que uma tendência progressiva de concentração fundiária venha ocorrendo. A lógica de produção do espaço capixaba estabeleceu (BERGAMIN, 2004) um processo inverso ao verificado na maioria dos estados brasileiros, pois enquanto nestes estados consolidava-se o latifúndio, no final do século XIX e durante grande parte do XX, no Espírito Santo, a formação espacial caracterizava-se pelo predomínio uma estrutura produtiva fundada na pequena propriedade, no trabalho familiar e na ausência de recursos técnicos.

A emergência da cultura cafeeira na província, no final da primeira metade do século XIX, imprimiu transformações significativas não somente na base espacial mas também demográfica. A partir de então, inicia-se efetivamente a ocupação do território capixaba e o crescimento populacional manifesta-se como um dos indicadores desse processo. Entre 1856 e 1872 a população elevou-se de 49.092 para 82.137 habitantes (SALETTI, 1996a), representando um crescimento bastante expressivo, sobretudo quando se considera o padrão de desenvolvimento capixaba no período em questão.

As mudanças na estrutura fundiária são mais bem compreendidas se considerarmos

dois aspectos. Primeiramente, evidencia-se a utilização do Espírito Santo como propaganda para trazer imigrantes da Europa para trabalhar no país. O imigrante obteve acesso a propriedade da terra nessa província e não substituiu a mão-de-obra escrava nas lavouras de café, como foi em São Paulo. Em segundo lugar, os fazendeiros capixabas continuavam alheios ao processo abolicionista que o país estava vivendo e muito menos intervinham na condução da política migratória para a Província. Essa atitude os direcionou a não se planejarem para as mudanças nas relações de trabalho e, dessa forma, logo que a escravidão foi abolida houve falência e conseqüente fragmentação das fazendas.

[...] Nesse momento apenas uma pequena fração do território capixaba encontrava-se ocupada e um dos reflexos da chegada do imigrante europeu associada às transformações nas relações de trabalho projetou-se espacialmente através da constituição e difusão da pequena propriedade rural, em outras palavras de uma “agricultura familiar”. Inicia-se a formação de uma nova estrutura produtiva embora ainda caracterizada por manter a dependência da monocultura do café cultivado sem recursos técnicos, mas assentada tanto em uma nova relação de trabalho, o trabalho familiar, quanto em uma nova estrutura fundiária, com o predomínio da pequena propriedade rural. Configura-se então uma estrutura produtiva definida pela pequena propriedade, pelo trabalho familiar, pelo cultivo do café sem recurso técnicos e como única cultura de valor comercial. O cerne dessa estrutura, de caráter essencialmente agrícola e familiar é a agricultura familiar. E foi justamente a agricultura familiar que promoveu a ocupação da maior parte do território capixaba (BERGAMIN, 2004, p. 3).

Reproduziu-se de forma predominante no Espírito Santo a pequena propriedade rural, assentada no trabalho familiar e no cultivo do café sem recursos técnicos. O agricultor familiar, ao realizar constantes deslocamentos espaciais, assegurou a sua reprodução e o predomínio da pequena propriedade com as características mencionadas.

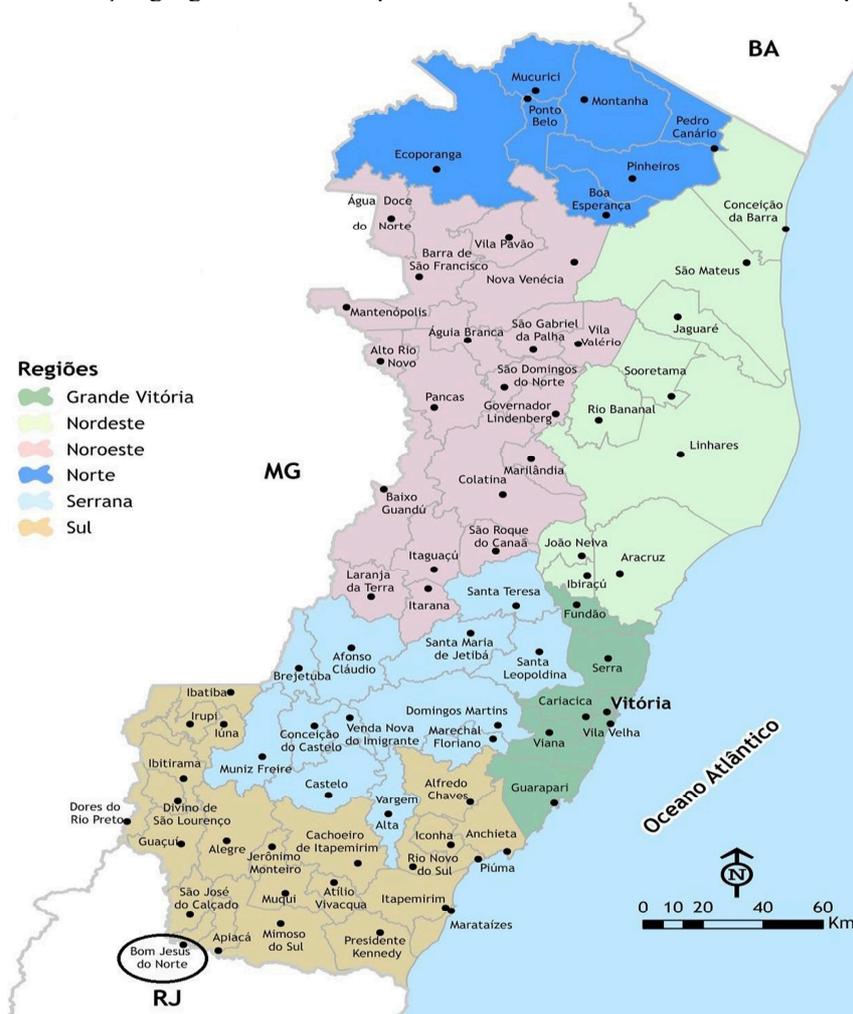
Nos anos 1960, encerra-se a fronteira agrícola para o café e isso impõe limites à reprodução da estrutura produtiva vigente (SOUZA FILHO, 1990). Dadas as suas características, a estrutura produtiva torna-se antieconômica e entra em crise, cujos efeitos são acentuados ainda mais pela erradicação do café. Nesse momento, a agricultura familiar sofre forte impacto negativo, pois as bases em que se assentava a sua reprodução se desestruturam. Inúmeras unidades produtivas familiares desaparecem e os membros a elas pertencentes vão integrar as estatísticas do êxodo rural.

De acordo com Bergamin (2004), esse foi um grande golpe sofrido pela agricultura familiar, porque a crise desestruturou as bases em que se assentava a sua reprodução. Praticamente uma década após a crise da estrutura produtiva, a agricultura familiar encontrava-se estagnada, pois a base pretérita em que se assentava sua reprodução fora

destruída, mas não a substituíram por outra. É nesse contexto que se inicia a modernização da agricultura (SOUZA FILHO, 1990), um processo que desestruturou ainda mais a reprodução da agricultura familiar. Os impactos da “modernização violenta”, forma pela qual fora denominada, assumem dimensão maior quando se projeta em uma realidade sócio-espacial como a do Espírito Santo no momento pré-modernização. Os impactos desencadeados pela modernização da agricultura surtiram efeitos mais intensos nessas condições, lhe conferindo a denominação de “modernização violenta”, havendo uma intensa concentração fundiária e do êxodo rural, promoveu o desaparecimento de inúmeros estabelecimentos familiares.

Localizado na mesorregião Sul do Espírito Santo, o município de Bom Jesus do Norte-ES se caracteriza por uma economia baseada na extração mineral, no cultivo de café e na bovinocultura leiteira. Sua população é estimada em aproximadamente 9.936 pessoas, de acordo com o último censo demográfico realizado pelo IBGE (2010), havendo 777 habitantes concentrados na zona rural.

Figura 1 - Inserção geográfica do município de Bom Jesus do Norte no estado do Espírito Santo.



Fonte: Governo do Estado do Espírito Santo, 2020.

A estrutura fundiária do município de Bom Jesus do Norte é semelhante à de outras regiões, com predomínio numérico de pequenas propriedades, mas com área total concentrada em um número reduzido de propriedades maiores. Segundo o INCAPER (2011) há no município 182 minifúndios, 102 pequenas propriedades, 24 médias propriedades, 2 grandes propriedades, totalizando 310 propriedades.

Na tabela 1 encontram-se dados da distribuição da terra entre os estabelecimentos familiares do município. Nota-se que 78,3% dos estabelecimentos têm menos de 20ha, e ocupam cerca de 43,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Considerando-se que o módulo fiscal do município é de 20ha (BRASIL, 2019), pode-se concluir que quase 80% dos estabelecimentos de agricultura familiar de Bom Jesus do Norte correspondem a minifúndios, como demonstram as tabelas abaixo.

Essa situação, que em geral é presente no restante dos municípios brasileiros - reflexo do histórico problema agrário do país, ressalta o tamanho reduzido dos estabelecimentos familiares no município. A limitação da disponibilidade de terra é, possivelmente, um obstáculo ao desenvolvimento de atividades viáveis nestes estabelecimentos agropecuários.

Tabela 1 - Distribuição da área dos estabelecimentos familiares entre estratos de tamanho município de Bom Jesus do Norte

Estratos de área	Frequência		Distrib. Acumulada	
	Estabelecim.	Área	Estabelecim.	Área
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	0,00	0,00	0,00	0,00
De 0,1 a menos de 0,2 ha	0,00	0,00	0,00	0,00
De 0,2 a menos de 0,5 ha	0,94	0,00	0,94	0,00
De 0,5 a menos de 1 ha	0,00	0,00	0,94	0,00
De 1 a menos de 2 ha	0,94	0,00	1,89	0,00
De 2 a menos de 3 ha	0,00	0,00	1,89	0,00
De 3 a menos de 4 ha	6,60	1,45	8,49	1,45
De 4 a menos de 5 ha	6,60	2,11	15,09	3,56
De 5 a menos de 10 ha	58,49	34,32	73,58	37,89
De 10 a menos de 20 ha	4,72	5,41	78,30	43,30
De 20 a menos de 50 ha	17,92	39,74	96,23	83,04
De 50 a menos de 100 ha	3,77	16,96	100,00	100,00

Fonte: resultados da pesquisa, .

Dessa situação resulta também uma desproporcional participação da agricultura familiar na área total, conforme informações da Tabela 2. Respondendo por cerca de 70% dos estabelecimentos do município, os estabelecimentos familiares representam pouco mais de 30% da área total dos estabelecimentos. Apesar disso, esses agricultores têm

expressiva participação no valor da produção, cerca de 38%, e respondem por quase 70% do pessoal ocupado na agropecuária do município.

Tabela 2 - Participações da agricultura familiar e não familiar nos estabelecimentos, na área, no valor da produção e no pessoal ocupado de Bom Jesus do Norte.

Variável	Participação (%)	
	Não familiar	Familiar
Número	29,8	70,2
Área	68,4	31,6
Valor da produção	61,9	38,1
Pessoal ocupado	31,7	68,3

Fonte: Resultados da pesquisa,

Quanto à forma de acesso à terra, o predomínio é de proprietários. Segundo dados da Tabela 3), 56,6% de estabelecimentos em que os agricultores são proprietários, 41,5% assentados sem titulação definitiva, 0,9% são arrendatários e 0,9% são parceiros.

Tabela 3 - Condição dos agricultores familiares em relação às terras - Bom Jesus do Norte-ES.

Situação	Percentual	
	Estabelecimentos	Área
Proprietário	56,6	71,2
Assentado sem titulação definitiva	41,5	24,0
Arrendatário	0,9	0,0
Parceiro	0,9	0,0
Ocupante	0,0	0,0
Produtor sem área	0,0	0,0

Fonte: Resultados da pesquisa,

O município tem com principal atividade econômica no meio rural a pecuária, para a produção de leite e carne, presente em quase todas as propriedades rurais do município. Em seguida, com aproximadamente 293 ha, vem a cafeicultura. As culturas de arroz, milho e feijão são cultivadas em nível de subsistência por agricultores familiares com baixo nível tecnológico (PEDROSA; TEBALDI, 2011).

Constata-se, na tabela 3, que a pecuária bovina (corte e leite) e a produção de café são as atividades mais importantes da agropecuária de Bom Jesus do Norte. Outras atividades são a agroindústria e a produção de banana, bem como outros produtos de menor importância econômica (café arábica, arroz, suínos, feijão e mandioca). Observa-se que, com exceção da pecuária de corte, nas demais atividades listadas na tabela é preponderante a participação da agricultura familiar, que no geral responde por mais de 70% do valor da produção dessas atividades.

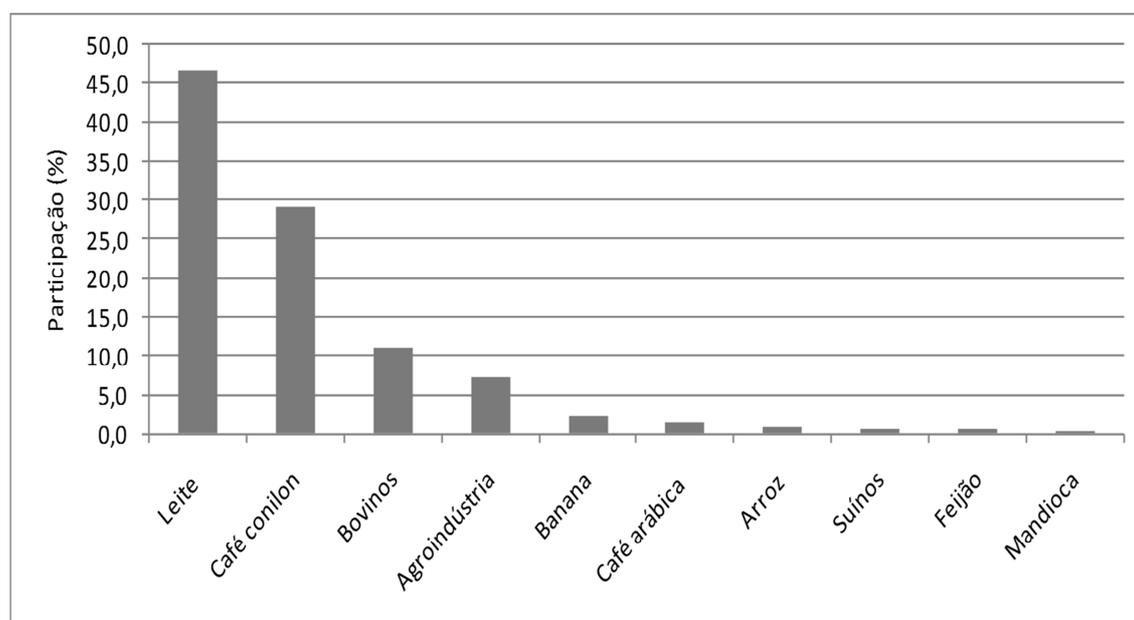
Tabela 4 - Principais produtos agropecuários de Bom Jesus do Norte e participação dos segmentos familiar e não familiar.

Atividade	Participação no valor total	Participação no valor da atividade	
		Não familiar	Familiar
Bovinos	37,3	84,2	15,6
Leite de vaca	35,3	29,8	70,2
Café conilon	20,0	23,1	77,2
Agroindústria	3,9	1,5	98,5
Banana	1,2	0,0	100,0
Café arábica	0,7	0,0	100,0
Arroz	0,5	11,1	77,8
Suínos	0,3	0,0	100,0
Feijão	0,3	20,0	80,0
Mandioca	0,2	0,0	75,0

Fonte: Resultados da pesquisa,

Essa situação tende a se repetir quando considerado apenas o segmento familiar, onde também são preponderantes a pecuária e a cafeicultura. Conforme figura abaixo, o leite representa pouco mais de 45% do valor da produção familiar do município. Em seguida vem o café conilon, com cerca de 28% do total, os bovinos, com 11%, e agroindústria¹, com 7% do valor da produção.

Figura 2 - Participação dos principais produtos no valor da produção da agricultura familiar de Bom Jesus do Norte.



Fonte: Dados da Pesquisa,

As informações da Figura 2, onde se encontram alguns indicadores de uso de algumas importantes tecnologias agropecuárias, permitem inferir que a agricultura familiar de Bom Jesus do Norte tem uma grau relativamente baixo de adoção tecnológica.

Comparados aos indicadores médios da agricultura familiar do estado, os indicadores do município em questão mostram-se significativamente mais baixos. Isso não ocorre apenas para o percentual de adoção de fertilizantes, que também é baixo, mas é mais próximo da média dos agricultores familiares do Espírito Santo. Esses baixos indicadores podem estar associados a várias questões, como o tipo de atividade¹ predominante no município, o tamanho das terras, a natureza do relevo e do solo, dentre outras. Por outro lado, podem também refletir dificuldades no acesso à informação e à tecnologia.

Tabela 5 - Indicadores de uso de algumas tecnologias entre os agricultores familiares no Espírito Santo e em Bom Jesus do Norte.

Indicador	Percentual dos estabelecimentos	
	Espírito Santo	B. Jesus do Norte
Tratores	8,6	0,0
Implementos agrícolas	11,7	0,9
Irrigação	28,1	2,8
Fertilizantes	69,6	55,7
Agrotóxicos	51,8	19,8

Fonte: Resultados da pesquisa,

Esses indicadores sofrem a influência de diversas variáveis, como nível de instrução, acesso a financiamentos e à assistência técnica, dentre outros. Os dados do Censo permitem inferir que o município é carente em assistência técnica, como pode-se observar na tabela abaixo. Cerca de 58% dos agricultores familiares do município afirmaram não receber qualquer tipo de assistência técnica. Apesar de 42,5% dos agricultores familiares afirmarem que já receberam esse serviço, apenas 11,3% o recebem regularmente. No entanto, há que se considerar que, comparado à média dos agricultores familiares do estado, o município tem indicadores relativamente melhores de acesso à assistência técnica, regular ou não.

¹ Conforme dados do Censo agropecuária, essa agroindústria familiar está associada basicamente à produção de queijo e requeijão.

Tabela 6 - Percentual de estabelecimentos familiares com acesso à Assistência técnica no Espírito Santo e em Bom Jesus do Norte.

Situação	Percentual dos estabelecimentos	
	Espírito Santo	B. Jesus do Norte
Recebeu	22,0	42,5
Ocasionalmente	14,4	31,1
Regularmente	7,7	11,3
Não recebeu	78,0	57,5

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Já em relação ao acesso ao financiamento, percebe-se o percentual de agricultores familiares com acesso a esse recurso no município é, tal como na média do estado, próximo de 20%. No entanto, enquanto no estado a maior parte dos estabelecimentos que contraíram financiamentos, o fizeram com recursos de programas governamentais de crédito, em Bom Jesus do Norte há um significativo percentual de agricultores (8,5%) que contraíram crédito de outras fontes. Essa situação pode refletir alguma dificuldade ou desconhecimento acerca dos programas existentes, especialmente do PRONAF, uma vez que esses programas têm taxas de juros e condições de pagamento mais adequadas à situação desses agricultores.

Tabela 7 - Percentual de estabelecimentos familiares que obtiveram financiamento - Espírito Santo e Bom Jesus do Norte, 2006.

Fonte dos recursos	Percentual dos estabelecimentos	
	Espírito Santo	B. Jesus do Norte
Não são provenientes de programas de crédito	2,6	8,5
São provenientes de programas de crédito	18,3	11,3
PRONAF	13,1	5,7
Outro programa	4,7	4,7
PRONAF e outro programa	0,5	0,9
Total	20,9	19,8

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Pode-se inferir, a partir dos resultados até aqui obtidos, que os agricultores familiares do município enfrentam muitos desafios, como o tamanho reduzido das terras, o acesso precário aos financiamentos e à assistência técnica, dentre outros. Nesse contexto, a organização dos agricultores emerge como estratégia importante para contornar tais limitações.

Costa (2009) aponta as associações de produtores familiares como canais de

agregação social que coexistem com outras categorias associativas, com a função de socialização, participação e representação, e cujos objetivos estão diretamente relacionados à satisfação das necessidades sociais numa dada realidade local. O associativismo se propõe concretizar as demandas sociais dos agricultores familiares na busca de autonomia no processo produtivo e no desenvolvimento local (BESERRA, 2011). Trata-se de uma experiência gestada na questão agrária, por ela determinada, e, ao mesmo tempo, uma das estratégias encontradas pelo agricultor familiar pra seu enfrentamento no contexto das novas relações de produção.

No entanto, as informações indicam que a organização dos agricultores familiares no município é precária. Conforme demonstrado na tabela abaixo, apesar de 45,7% dos agricultores capixabas pertencerem a algum tipo de associação, apenas 3,77% dos produtores rurais do município de Bom Jesus do Norte estão nesta condição. Não se organizam em cooperativas, e a participação em alguma entidade de classe (sindicatos, associações/movimentos de produtores e moradores, etc) é reduzida quanto comparada à média do estado.

Tabela 8 - Associação à cooperativas e/ou entidades de classe entre os agricultores familiares no Espírito Santo e em Bom Jesus do Norte.

Situação	Percentual dos estabelecimentos	
	Espírito Santo	B. Jesus do Norte
É associado	45,79	3,77
Cooperativa	6,13	0,00
Entidade de classe*	35,88	3,77
Cooperativa e entidade de classe	3,78	0,00
Não é associado	54,21	96,23

*sindicatos, associações/movimentos de produtores e moradores, etc.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2020.

Embora, de saída, fosse possível restringir a compreensão das associações como facilitadores de acesso a crédito e infraestruturas, cabe refletir sobre a correlação de forças que se estabelece entre a organização das demandas de um grupo via associação e a proposição destas como garantia de direitos diante de outros segmentos da sociedade (FAGOTTI, 2017). Pode-se entender que a visibilidade destas organizações aumenta na medida em que o Estado brasileiro condiciona o vínculo com as políticas públicas à participação em associações.

4 AS EXPERIÊNCIAS ORGANIZACIONAIS E ASSOCIATIVAS EM BOM JESUS DO NORTE-ES

4.1 Quadro geral das associações do município

Procurou-se, com a presente pesquisa, analisar o processo de formação e atuação das associações de agricultores do município de Bom Jesus do Norte-ES, levando em consideração a importância do fator organização para o desenvolvimento da agricultura familiar. Buscou-se caracterizar o contexto de formação da associação, o perfil dos associados e a relação entre eles; observar as características da produção, da comercialização e do acesso às políticas de financiamento e assistência técnica; analisar a relação entre as associações e o poder público; identificar os principais resultados obtidos pelas associações; obter indícios acerca da dotação de capital social existente nas associações.

No município, a organização rural é um ponto que requer atenção uma vez que existem apenas cinco associações ligadas ao setor agrícola, fato que tem implicações negativas para o desenvolvimento de sua agropecuária.

O associativismo é uma questão ainda primária, sendo boa parte das associações atendidas de forma assistencialista. Isso acaba contribuindo para que as organizações das comunidades sejam muito baixas, além de dependentes. Há atualmente cinco organizações no município (Tabela 9): Associação dos produtores Rurais das Palmeiras, com 11 associados; Associação dos Produtores e Moradores do Alto Jardim, com 18 associados; Associação do Assentamento Santa Rita, com 32 associados; CAVIL – Cooperativa Agrária Vale do Itabapoana Ltda, com 60 associados; e, Associação dos Agricultores Familiares de Bom Jesus do Norte-ES, com 28 associados.

Tabela 9 - Associações de agricultores familiares existentes no município.

Nº	Nome da organização	Local da sede	Número de sócios	Principais atividades coletivas desenvolvidas
1	Associação dos produtores Rurais das Palmeiras	Palmeiras	11	- Associativismo - Melhoria da qualidade do leite - Comercialização
2	Associação dos Produtores e Moradores do Alto Jardim	Alto Jardim	18	- Melhoria da qualidade do café - Melhoria da qualidade do leite - Curso de pintura - Venda para merenda escolar
3	Associação do Assentamento Santa Rita	Santa Rita	32	- Melhoria da qualidade do leite - Melhoria da qualidade do café - Organização rural
4	CAVIL – Cooperativa Agrária Vale do Itabapoana Ltda	Sede	60	- Comercialização / insumos - Qualidade do leite - Cooperativismo/Associativismo - Exposição agropecuária /concurso leite
5	Associação dos Agricultores Familiares de Bom Jesus do Norte-ES	Santa Rita	28	- Organização rural - Associativismo - Melhoria na qualidade de vida - Aumento e melhoria da produção

Fonte: ELDR de Bom Jesus – INCAPER (2011) e resultados da pesquisa,

Alguns programas que são implementados pelo governo e pela assistência técnica, como por exemplo, o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos representam grande oportunidade para os agricultores da região. Porém a falta de organização, a primariedade na forma da informação e até mesmo a falta de motivação do governo para assistir e empregar de forma precisa o programa na comunidade acaba por não incentivar devidamente, incluindo poucos agricultores no que poderia ser alternativa para os agricultores familiares ampliarem suas atividades produtivas e melhorar suas condições de vida e renda.

Apesar do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável ser atuante e defender a agricultura familiar, buscando o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida e renda no meio rural, uma questão problemática é o fato da Secretaria de Agricultura do município de Bom Jesus do Norte ser ‘cumulada’ com a Secretaria de obras. Dessa forma, o secretário não consegue dar total atenção e priorizar as necessidades do pequeno produtor rural do município.

Em uma das entrevistas com o técnico responsável pelo escritório da INCAPER do município de Bom Jesus do Norte foi pontuada essa questão da cumulação das secretarias

ser um problema para a evolução de projetos para a agricultura familiar da região. Outras questões são a disseminação de informações e assistência para esses agricultores, que ainda vivem de forma muito precária, prejudicando assim a forma como eles se organizam e se associam.

4.2 A Associação de Agricultores Familiares de Bom Jesus do Norte-ES

De acordo com a presidente da Associação de Agricultores Familiares de Bom Jesus do Norte, essa organização teve início há aproximadamente cinco anos, quando o INCAPER reivindicou o projeto da feira. A iniciativa de criação da Associação surgiu com o Projeto PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável, em 2015, que visava auxiliar no desenvolvimento da agricultura familiar do município e assegurar a qualidade de vida de seus agricultores.

Dessa forma, com a ajuda da secretaria de agricultura, buscaram-se verbas para a criação da feira dos agricultores familiares. No início a associação começou com apenas 10 agricultores que participavam da feira, e com o decorrer dos anos e com o sucesso da feira, outros agricultores procuraram participar, sendo que hoje fazem parte da associação 28 feirantes.

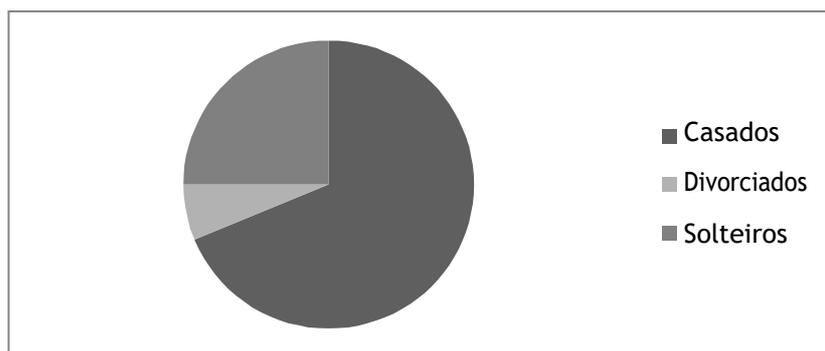
Através da Secretaria de Agricultura, a prefeitura busca esses agricultores familiares, toda quarta-feira bem cedo, auxilia na montagem das barracas (que também são cedidas pela prefeitura), e quando se encerra o expediente da feira, é feito o retorno dos agricultores até a zona rural novamente.

Nos itens seguintes, são apresentados os principais resultados acerca do funcionamento desta associação, obtidos nesta pesquisa.

4.2.1 As características dos associados

É possível notar com a pesquisa que o perfil dos agricultores, embora contenha particularidades e diferenças, se assemelha em muitos aspectos, quase mantendo um padrão. Em relação ao estado civil, 68,25% dos associados da Associação dos Agricultores Familiares do município vivem em união estável (o gráfico refere-se a casados), 25% são solteiros e 6,25% divorciados, de acordo com o gráfico 1.

Gráfico 1 – Estado Civil dos Agricultores.



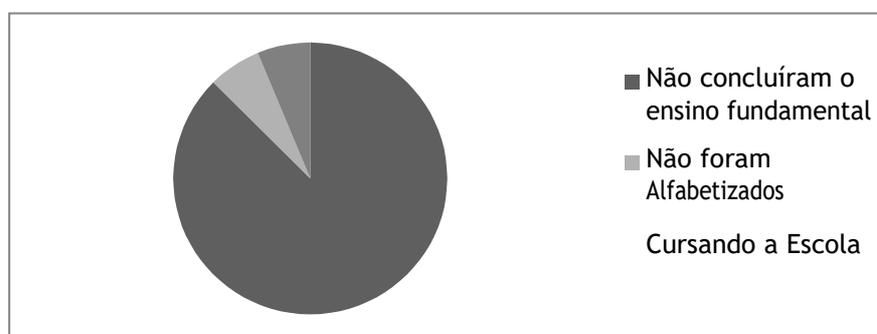
Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

Todos os associados são proprietários e trabalham em suas terras. Um ponto interessante a ser destacado nessa associação é que desses 28 associados, 20 são mulheres, o que demonstra como a mulher rural está quebrando paradigmas e cada vez mais tomando a frente de negócios que antes eram em sua maioria liderados por homens.

O nível de escolaridade dos associados é predominantemente baixo, refletindo uma situação de descaso para com a educação no campo observada em todo o país. Tendo suas atividades majoritariamente consideradas sem necessidade de escolarização, as zonas rurais em todo país deixaram de receber investimentos na educação de forma adequada por décadas (ALMEIDA, 2014).

De acordo com o gráfico 2, 87,50% dos associados nem sequer concluíram o ensino fundamental, sendo que 6,25% não foram alfabetizados, 6,25% estão cursando a escola. Tal situação, comum entre os agricultores brasileiros, não impede que esses trabalhadores demonstrem um enorme potencial de conhecimentos e informações que foram adquiridas com anos de vivência trabalhando na lavoura.

Gráfico 2 – Nível de escolaridade dos agricultores.



Fonte: Resultados da pesquisa, 2020.

De acordo com os dados pesquisados, a grande maioria dos associados só vende os produtos que produzem na feira. Esta comercialização, segundo os entrevistados, é sua principal fonte de renda, e é essencial para a qualidade de vida desses agricultores. Os principais produtos comercializados são leite e derivados, café, banana, arroz e feijão.

Sobre a origem da renda da família, 25% dos entrevistados afirmaram que vivem apenas com recursos financeiros gerados na propriedade e na feira da associação. No entanto, 62,5% dos associados contam com ajuda de bolsa família para complementar a renda, enquanto 12,5% afirmaram o acréscimo de outras fontes de renda, provenientes de aposentadorias, pensões, locação de imóveis urbanos, emprego de algum membro familiar, linhas de transporte escolar e até mesmo recursos provenientes de mão de obra empregada em outras propriedades.

4.2.2 Participação e organização produtiva

No decorrer da pesquisa, foram evidenciados vários questionamentos relativos à operação da Associação de Agricultores Familiares do município de Bom Jesus do Norte (ES). Cabe citar, como por exemplo, a assiduidade em relação às reuniões, a forma de participação nessas reuniões, assim como a divisão nas decisões da associação.

No que concerne ao processo de participação, os entrevistados questionaram a freqüente falta de alguns membros, o que dificulta na tomada de decisões e o advento de novas idéias em relação à organização. Quanto às medidas de apoio aos associados, a falta de incentivo governamental foi apontada pelos associados. Essas queixas demonstram como é importante o auxílio estatal e municipal, assim como o processo participativo de partilha de decisões e idéias. A superação do assistencialismo só pode ser enfrentada com a participação efetiva da comunidade que, quando engajada num efetivo processo de cooperação, adquire um sentido de responsabilidade pelo próprio progresso.

Imagem 1- Agricultora da Associação na lavoura.



Fonte: Prefeitura de Bom Jesus do Norte-ES, 2018.

Na associação dos Agricultores Familiares do município de Bom Jesus do Norte (ES) foi observado, durante a pesquisa, que a organização produtiva de cada agricultor ainda é muito primária e feita de maneira singular entre os próprios familiares. Ainda falta para comunidade uma organização mais efetiva para que eles possam cooperar entre si.

Os associados recebem auxílio do município com transporte da zona rural até o centro, onde são montadas as barracas, que também são cedidas pela prefeitura, toda quarta-feira pela manhã. A esse auxílio se soma a assistência técnica que o INCAPER fornece para incentivar melhorias tecnológicas na produção. Porém tudo ainda caminha lentamente, justamente pela falta de incentivo e comunicação.

4.2.3 Percepção dos agricultores quanto aos benefícios advindos da associação

O combate à pobreza rural encerra uma proposta que visa aumentar a participação das populações no poder de decisão. Isso se dá pela exigência, como pré-requisito para o financiamento de subprojetos, que os mesmos sejam indicados pelas associações e aprovados nos Conselhos Municipais, que têm a representação das comunidades (BESERRA, 2011). Assim, valoriza a participação entre os associados e procura romper com as formas tradicionais do processo decisório vertical, de cima para baixo.

Geralmente no país as associações motivam uma maior participação política. No município de Bom Jesus do Norte (ES) essa realidade é um pouco diferente. De acordo com os entrevistados, incluindo a presidente da associação, a associação foi primeiramente organizada com a intenção de suprir algumas necessidades dos agricultores, entre elas, a melhora na qualidade de vida, na produção e da renda dos pequenos produtores rurais.

Talvez por isso, a percepção dos agricultores acerca dos efeitos positivos da associação se insira nesses campos, ou seja, nas melhorias na produção, na comercialização e na renda obtida. De fato, a maioria dos entrevistados pontua que houve melhora na qualidade de vida. Muitos comercializam sua produção apenas na feira, enquanto outros conseguiram captar interessados em sua produção, também comercializando seus produtos para restaurantes e mercados.

Sobre a produção, constatou-se que houve um aumento e uma melhoria na forma de produzir, bem como na maneira de conduzir a lavoura. Muitos agricultores salientam que se não fosse o transporte e as barracas não seria possível essa locomoção para a venda de

produtos na feira, a associação também conquistou um apoio técnico da INCAPER. De acordo a INCAPER (2020) todos os 28 agricultores que são associados e participam da feira recebem algum tipo de assistência técnica rural em seus estabelecimentos, embora alguns agricultores reclamem que essa assistência não é suficiente e às vezes até mesmo escassa.

Imagem 2 – Agricultor Familiar membro da associação.



Fote: Dados da pesquisa,

Entende-se, a partir das entrevistas, que a associação ainda atua de forma limitada, visto que os agricultores projetam o ingresso na associação como uma forma de obter benefícios, como o recebimento de auxílio rural, além de implementos agrícolas. Assim, funciona como uma maneira de obter vantagens, além de ser um local de participação que possibilita a construção de estratégias visando a alcançar melhores condições de produção e comercialização:

Foi a melhor maneira de fazer produzir mais, com o acompanhamento de técnicos e com a tecnologia, por que se você não acompanha você fica para trás.
(Fala de um dos integrantes da associação durante a entrevista).

De acordo com a pesquisa a Associação reproduz a realidade sócio-econômica e cultural em que se insere. As situações são trabalhadas empiricamente, sem identificar seus determinantes e sem projetar suas conseqüências. E essas ações não parecem resolver os

principais problemas dos associados que, juntamente com o presidente da associação, reivindicam as providências necessárias para as implementações de novas políticas que favoreçam a agricultura familiar.

Apesar dos problemas apontados, é perceptível a importância da Associação na vida dos membros da comunidade. Embora ainda primária, os membros passaram a agregar função política de articulação do agricultor familiar à cadeia produtiva, e criaram visibilidade para a produção camponesa, sendo para a maioria dos feirantes uma fonte de renda imprescindível.

Imagem 3 - Feira realizada pela Associação dos Agricultores Familiares de Bom Jesus do Norte (ES).



Fonte: Dados da Pesquisa,

A associação representa a possibilidade de ampliar a produção e aumentar a renda familiar, além do acesso a algumas tecnologias. A maioria dos associados em questão não conta com muitos recursos, e a associação representa uma saída para esses produtores:

Eu percebi mudanças em conhecer mais pessoas e dessa forma poder vender, como, por exemplo, para restaurantes. (Fala de um membro da Associação em Entrevista)

A pesquisa demonstra que, na Associação de Agricultores Familiares de Bom Jesus do Norte (ES), o agricultor familiar deseja usufruir dos benefícios sociais e econômicos ativados pela associação. Os agricultores agem de forma a assegurar sua existência, mas não têm uma visão construída da necessidade de transformação social que afirme os interesses coletivos em defesa da agricultura familiar. Apesar desta percepção, entendem que o ingresso na associação trouxe melhorias:

Com certeza mudou. As nossas dívidas diminuíram e a saúde também melhorou. Nós tivemos através da feira recursos para usar com nossos filhos. Melhorou 100%.

(Fala de um dos integrantes da associação durante a entrevista)

No histórico da Associação diversas ações podem ser apontadas, como o aumento e melhora da produção, bem como os cuidados na lavoura, para atender a maior demanda após a criação da feira, aumentando a renda dos pequenos produtores. A associação possibilitou novos horizontes aos associados, visibilidade e recursos para o aproveitamento da sua produção.

Os agricultores familiares associados estão inseridos num ambiente em constantes mudanças, que muitas vezes dificultam a reprodução social e econômica de suas unidades de produção. Nesta pesquisa, pode-se observar a capacidade do pequeno produtor de inovar e o poder estratégico de conseguir expandir a produção e a comercialização de seus produtos, mesmo com todas as suas limitações. Neste processo, constatou-se que a associação é a grande mediadora na busca por assistência técnica, inserção nas políticas e na organização do processo de comercialização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo e sua maneira de consolidação no Brasil têm suas próprias características, o que se deve a uma formação econômica e social patriarcal e patrimonialista, que fortaleceu o modelo de desenvolvimento que privilegia a grande propriedade, preterindo a pequena propriedade rural familiar. As relações sociais no campo foram diretamente afetadas pela modernização da agricultura brasileira, com importantes mudanças econômicas, tecnológicas e sociais, que em geral marginalizaram os segmentos mais frágeis da agricultura, atualmente englobados na categoria agricultura familiar.

Não obstante, a agricultura familiar tem adquirido reconhecimento no contexto atual, por sua importância socioeconômica, cultural e ambiental. Apesar disso, este segmento encontra uma série de obstáculos a sua reprodução e, não obstante as iniciativas atualmente existentes para incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar, elas têm suas limitações, e nem sempre os agricultores beneficiários conseguem acessar tais políticas.

Tal contexto realça a importância da organização desses agricultores, visando melhor alcançar mercados, tecnologia e acessar políticas. Com o apoio de dispositivos legais, bem como constitucionais, o agricultor familiar passou a se firmar no diário governamental, abrindo espaço para grupos organizados, como associações de agricultores familiares, que possibilitam socialização, participação e de reivindicações.

No presente trabalho, o município de Bom Jesus do Norte (ES) foi escolhido como recorte espacial para estudar a reprodução socioeconômica da agricultura familiar. Foi possível compreender que a dificuldade do agricultor familiar brasileiro faz com que as práticas associativas se tornem uma alternativa para buscar melhores condições de vida no meio rural.

No Brasil o associativismo rural já é uma realidade, porém a forma de associação de agricultura familiar em sistema de trabalho cooperativo e propriedade pró-indiviso, como o utilizado em Bom Jesus do Norte (ES) precisa, ainda, de mais experiências teóricas para melhor fundamentá-lo, assim como de outras situações já conhecidas para usar como parâmetro.

Traçando o perfil sócio-cultural e econômico atual do associado, algumas informações sobressaem-se como determinantes: 71,43% são mulheres, o que demonstra como a mulher rural tem se destacado cada vez mais no meio rural; 87,50% dos associados

nem sequer concluíram o ensino fundamental, sendo que 6,25% não foram alfabetizados, e 6,25% estão cursando a escola.

Analisando o município, verificamos que a associação serve como uma forma de ligação entre a comunidade local e os órgãos públicos no que se refere à garantia de benefícios para os agricultores associados, o que afeta diretamente na qualidade de vida desses agricultores familiares. Quando questionados sobre as melhorias após ingressarem na associação, todos pontuaram o aumento da renda que foi proporcionado graças a organização.

Um fator importante é que através da associação os agricultores conseguem acessar com mais facilidade os programas de assistência técnica da INCAPER, que foi o órgão que incentivou a criação da associação, com o apoio da prefeitura municipal. De dessa forma surgiu a feira, que garante aos associados uma melhora na produção própria e aumento de renda.

Praticamente todos os associados comercializam apenas a sua produção na feira organizada pela associação, tendo como produtos principais o leite, o café, o feijão e a mandioca. Entre os entrevistados, alguns agricultores, após a criação da feira, conseguiram contatos para comercializar sua produção além da associação, como por exemplo, em restaurantes e mercados. Embora esse associativismo tenha características de organização popular, também está voltado para o modo de sobrevivência, não tendo muitas iniciativas para superar a situação de pobreza desses agricultores.

Apesar dos associados demonstrarem satisfação com os resultados que obtiveram, há alguns problemas que foram observados durante a pesquisa. A associação nasceu por influência do poder público e não de um processo participativo. Dessa forma os agricultores estão limitados aos recursos oferecidos para dar continuidade à feira, não tendo ideais tão empreendedores que poderiam levar a comercialização a outro patamar. A organização da associação é frágil, porém a comunicação ainda é um detalhe bem importante para seu desempenho, sendo identificadas situações que vão de encontro ao associativismo.

A presente pesquisa evidencia que a conquista das condições de trabalho e acesso a direitos sociais na agricultura familiar requer mais iniciativas do Estado. Porém também se faz necessária uma maior organização dos pequenos produtores rurais para que o protagonismo coletivo se firme.

É notável que as políticas atribuídas à associação ainda são muito limitadas, porém

o acesso a elas possibilitou aos agricultores familiares uma melhora significativa em suas vidas. Muitos relatam que atualmente vivem da renda que a feira da associação proporciona, sendo possível constatar que a agricultura familiar, quando devidamente impulsionada por políticas públicas, pode ser estimulada a manter esses agricultores no meio rural.

O estudo realizado identificou importantes particularidades sobre a Associação de Agricultores Familiares da comunidade de Bom Jesus do Norte, apresentando as situações que a comunidade vivenciou do ponto de vista social, político e cultural. No contexto atual em que são inseridos, a organização desses produtores rurais têm peculiaridades que devem ser compreendidas, assim como a execução de políticas públicas e sociais na região. Por fim, com essa pesquisa foi possível notar que a prática associativa está cumprindo sua função, aproximando pessoas, superando as necessidades das famílias locais. O vínculo dos agricultores familiares de Bom Jesus do Norte representa uma alternativa relevante para a viabilidade produtiva dos estabelecimentos rurais de porte familiar. Assim, é possível pensar que essa associação, mesmo limitada, pode reforçar o comprometimento de todos pelo desenvolvimento da agricultura familiar da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOWAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. *Reforma Agrária. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária*, vol. 28, n 1-3; vol. 29, n. 1 – Jan./dez., 1998; jan./ago., 1999.
- ABRAMOWAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ª edição, 1ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2012.
- AGUIAR, A. M. L. de. **O desafio do associativismo na Agricultura Familiar: o caso dos produtores rurais feirantes do município de Pato Branco-PR**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Ponta Grossa, 2007.
- BERTHOME, J.; MERCOIRET, M. R. Organização dos pequenos agricultores. In: Sperry, S. (Org). **Organização de pequenos produtores**. Brasília: Embrapa. 1999. P. 11-17.
- BESERRA, M. D. R. **Associativismo Rural: Estratégia de Participação Para Consolidação da Agricultura Familiar na Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Mirolândia, Em Picos – Piauí**. Disponível em https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9292/1/arquivo2575_1.pdf. Acesso em: 9 de jan. 2020.
- BIANCHINI, V. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. REDCAPA – Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe. Rio de Janeiro, 2005.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Associativismo**. 2. ed, Brasília, 2012.
- BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.
- BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores? In: **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013.
- COSTA, A. A. A; RIBEIRO, T.C.A. **O associativismo no meio rural brasileiro: contradições e perspectivas**. Disponível em: www.portaldoagrovit.com.br . Acesso em 9 jan. 2020.
- DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul./set. 2001.
- DINCA, Tatiane. **Desenvolvimento local: estudo dos municípios de Pato Bragado e São José das Palmeiras no oeste paranaense (1945-2010) – Dissertação (mestrado)**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, PR, 2012.

ESQUERDO-SOUZA, V. F. de; BERGAMASCO, S. M. Pessoa Pereira. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o PRONAF nos municípios do circuito das frutas – SP. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, RS, v. 22, n. 1, jan./mar. 2015.

FALEIROS, R. N. História e extraterritorialidade do complexo cafeeiro capixaba: uma proposta de interpretação. **HEERA - Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 5, n. 8, Jan./Jun. 2010.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. ANO Internacional da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.fao.org/family-farming-2014/pt>. Acesso em:

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. INCAPER - Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Brejetuba: Planejamento e programação de ações 2011. Programa de assistência técnica e extensão rural PROATER 2011 a 2013, Bom Jesus do Norte-ES, 2011.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Agricultura, abastecimento, aquicultura e pesca. Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural. Disponível em: <https://meteorologia.incaper.es.gov.br/legenda-regioes>. Acesso em: 4 fev. 2020.

GRISA, C. SCHNEIDER, S. **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GUANZIROLI, Carlos E.. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, vol. 45, n. 2, p. 301-328, 2007. disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032007000200004>. Acesso em:

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário, 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=es&tema=censoagro>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

KAGEYAMA, A. . O trabalhador temporário na agricultura em 1980. **Reforma agrária**, v. 15, n. 4, jan./mar. 1986.

BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em:

LIMA; V. L. C. **PRONAF financiando a produção ou garantindo a reprodução?: um estudo de caso em Altinho - Pernambuco**. 2006. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

MARSCHALL, C. R. Motivações para o cooperativismo na pequena propriedade. **Organizações & Sociedade**, v. 16, n. 49, p. 287–306, 2009. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/428/motivacoes-para-o-cooperativismo-na-pequena-propriedade>. Acesso em:

MIORIN, V. M. F. Agricultura familiar em áreas de degradação ambiental, Rio Grande do Sul. **OKARA: Geografia em debate**, v. 3, n. 1, p. 1-222, 2009.

NAVARRO, Z.; CAMPOS, S. K. A “pequena produção rural” no Brasil. In: **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013.

NIEDERLE, P.A. **O Brasil vitivinícola**. FIDA Mercosul, 2015.

ORTEGA, A.C. **Atores Sociais Rurais, Governança Local e Desenvolvimento Rural na América Latina**. Fortaleza, CE: XLIV CONGRESSO DA SOBER, 2006.

PARREIRAS, M. **Modernização, Estado e questão agrária**. Estud. Av. 1989, v.3, n.7.

PASSOS, A. T. B. **O impacto do PRONAF Sustentável sobre a sustentabilidade agrícola da agricultura familiar: o caso da microrregião do Vale do Médio Curu no Estado do Ceará**. 2014. 2010 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

ROCHA, P. M. R. da; DOLABENETA, C. A importância do associativismo rural para a agricultura familiar: oportunidade de renda para pequenos produtores da Comunidade Santa Luzia do município de Jesuítas (PR). **Revista do Programa de Pós- Graduação em Extensão Rural (UFV)**, v. 7, n. 1. jan./jun. 2018.

SAUBORIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALETTI, N. **Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888 – 1930)**. Vitória: EDUFES, 1996a.

SCOPINHO, R. A. **Processo organizativo de assentamentos rurais: trabalho, condições de vida e subjetividades**. São Paulo: Annablume, 2012.

Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (**SEAMA**).

SILVA, S. P. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial: uma análise dos impactos**. Brasília: IPEA, 2002. Disponível em: Acesso em:

STOFFEL, J. A. A sustentabilidade na agricultura familiar e as formas de organização produtivas em contextos locais. **Tempo da Ciência**, v. 21, n. 42, 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Socioeconômicos do PRONAF no território médio Jequitinhonha-MG. Brasília, janeiro de 2012.

SOUZA FILHO, H. M. **A modernização violenta: principais transformações na agricultura capixaba**. 1990. 201 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 1990.

SPERRY, S.; MERCOIRET, J. **Associação de pequenos produtores rurais**. Brasília: Embrapa. 2003. 112p.

VALE, N. A. D. Trajetória da produtividade na soja em função da variabilidade das chuvas no Estado de Goiás.. Dissertação (Mestrado em Agronegócio), Universidade Federal de Goiás, 2016. Disponível em:

https://ppgagro.agro.ufg.br/up/170/o/Najla_Kauara_Alves_do_Vale.pdf. Acesso em:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Agricultura Familiar encerra 2013 com recordes e define novas metas no ano internacional do setor. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura->. Acesso em: 6 jan. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. Manual do Crédito Rural. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Secretaria da Agricultura Familiar – SAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/credito>. Acesso em:

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Secretaria de Reordenamento Agrário**, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sracrefun/sobre-o-programa>. Acesso em: 26 de dezembro de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil: Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

BRASIL. Senado Federal - Portal Legislação Constituição Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em:

http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_5_.shtm Acesso em 10 de janeiro de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 10 de dezembro de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Espírito Santo, Brejetuba infográficos: histórico. Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=320115&search=espírito-santo|brejetuba|infograficos:-historico>. Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

APÊNDICES E ANEXOS

Roteiro da entrevista aplicada ao Secretário de Agricultura do município de Bom Jesus do Norte-ES:

1. Quais são as principais dificuldades dos agricultores familiares de Bom Jesus do Norte-ES?
 2. Que medidas poderiam ser tomadas para incentivar sua agricultura familiar?
 3. Atualmente, quais são as políticas de incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar do município?
 4. Tem havido alguma dificuldade na implementação dessas políticas?
 5. Essas iniciativas tem atingido os agricultores?
 6. Quais são os impactos dessas iniciativas?
 7. Você acredita que é prejudicial à agricultura que a secretaria de agricultura seja cumulada com a de obras?
-

Roteiro da entrevista aplicada Técnico assistencialista da INCAPER responsável pelo escritório de Bom Jesus do Norte-ES:

1. Quais são as principais dificuldades dos agricultores familiares de Bom Jesus do Norte?
 2. Que medidas poderiam ser tomadas para incentivar sua agricultura familiar?
 3. Atualmente, quais são as políticas de incentivo ao desenvolvimento da agricultura familiar do município?
 4. Tem havido alguma dificuldade na implementação dessas políticas?
 5. Essas iniciativas têm atingido os agricultores?
 6. Quais são os impactos dessas iniciativas?
-

Questionário aplicado aos agricultores familiares da Associação de Agricultores Familiares de Bom Jesus do Norte-ES:

Nome completo (idem para conjugue):

Idade e sexo:

Estado civil:

Lugar de residência atual:

Nível de escolaridade:

Número de filhos:

De onde vieram seus avós e seus pais? Com o que eles trabalham ou trabalhavam?

Onde, atualmente, residem seus filhos? Com o que eles trabalham?

Como você iniciou a vida com o trabalho na agricultura? Atualmente quem trabalha no estabelecimento?

Percebe modificações nas formas de trabalho na agricultura desde o tempo de seus avós até o de seus filhos? Quais as principais?

Qual(is) sua(s) principal(is) fonte(s) de renda?

Você faz parte de uma ou mais organizações da agricultura familiar (cooperativa, associação, grupo informal)? Por quê?

Como teve conhecimento dessa(s) organização(ões)? O vínculo com uma organização interferiu no conhecimento de novas organizações? Quais?

Depois que ingressou na(s) organização(ões) teve que modificar suas técnicas de trabalho na agricultura? Quais? Por quê? Enfrentou dificuldades?

O seu cultivo é feito de forma ecológica? Por quê?

Onde comercializa sua produção?

Da sua produção total, quanto (%) é comercializado com auxílio da organização?

Você geralmente precisa complementar sua produção com produtos advindos de outros agricultores para atender a demanda dessa(s) organização(ões) ou de outras formas de comercialização?

(Em caso afirmativo) De quantos agricultores você adquire produtos? Em sua opinião, o que leva esses agricultores a não participarem diretamente dessa(s) organização(ões)?

Está vinculado a algum programa do governo como o PAA, PNAE, PRONAF ou Bolsa Família? Como conseguiu vincular-se? Qual a importância desse programa para você?

Recebe assistência de extensionistas ou técnicos rurais? De quais instituições? Essa assistência é suficiente? Por quê?

Participa de cursos ou troca de experiências? Com que frequência você participa?

Esses cursos são promovidos por quais instituições ou organizações?

Qual a importância desses espaços de formação para você?

Depois de integrado à(s) organização(ões) verificou em sua família algumas mudanças relacionadas à qualidade de vida? Quais?

Quais perspectivas futuras a família possui com relação ao seu trabalho na agricultura?
Essas perspectivas se relacionam com sua participação na(s) organização(ões)?

Os outros agricultores envolvidos nos grupos em questão compartilham dessa perspectiva?

Em sua opinião, qual a relação entre participar dessa(s) organização(ões) e construir processos de desenvolvimento rural que não estão preocupados somente com os ganhos econômicos?

Em poucas palavras, o que entende por agricultura?

Sobre o ASSOCIATIVISMO:

COMO CONHECEU A ASSOCIAÇÃO DA QUAL FAZ PARTE:

- 1) Através da Igreja
- 2) Amigos, parentes, vizinhos
- 3) Convite pelos membros da associação
- 4) Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município
- 5) Secretaria de Agricultura do município
- 6) INCAPER

QUEM ORIGINALMENTE A FUNDOU?

- 1) O governo local
- 2) Um líder local
- 3) Membros da comunidade
- 4) Órgãos públicos
- 5) Outros _____

FOI FUNDADA COM QUAIS OS OBJETIVOS?

QUANDO HÁ UMA DECISÃO A SER TOMADA ENTRE OS ASSOCIADOS,
GERALMENTE, COMO ISSO ACONTECE?

- 1) A decisão já vem formada de fora
- 2) O líder decide e informa os outros membros do grupo
- 3) O líder pergunta aos outros membros do grupo o que eles acham e então decide
- 3) Os membros do grupo discutem o assunto e decidem em conjunto
- 4) Outros _____

DE MODO GERAL, VOCÊ DIRIA QUE A LIDERANÇA DA ASSOCIAÇÃO É:

- 1) Muito efetiva
- 2) Relativamente efetiva
- 3) Não é efetiva

QUAIS OS BENEFÍCIOS OBTIVE COM A ASSOCIAÇÃO?

- 1) Melhoria na renda.
- 2) Acesso a serviços (assistência técnica, crédito, capacitação e treinamento)
- 3) União da comunidade
- 4) Força junto aos governos
- 5) Aumento do poder de negociação na compra ou na venda
- 6) Possibilidades de compra conjunta
- 7) Outros _____

TODOS SE BENEFICIAM NA MESMA MEDIDA?

- 1) Sim
- 2) Não
- 3) Mais ou menos

E NA COMUNIDADE HOUVE ALGUMA MUDANÇA INCENTIVADA PELA
ASSOCIAÇÃO?

1) Sim

2) Não

SE SIM, QUAIS?

BENEFÍCIOS

PARA

OS

ASSOCIADOS?

A ASSOCIAÇÃO DA QUAL FAZ PARTE TEM FUNCIONADO BEM? ESTÁ
ATINGINDO OS OBJETIVOS?

1) Sim

2) Não

3) Mais ou menos

**DOCUMENTO DE AUTORIZAÇÃO DA PESQUISA PELA PRESIDENTE DA
ASSOCIAÇÃO**

